

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

MARÇO/2009

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Natal, 15/03/2010.

PAULO SIDNEY GOMES SILVA
SUPERINTENDENTE REGIONAL

MÁRIO MOACIR DE ALMEIDA
SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTO

VIVIANE DUTERVIL MOURÃO
CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

DALVANIR AVELINO DA SILVA
CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTO

JOSÉ LEONARDO GUEDES
CHEFE DA DIVISÃO DE OBTENÇÃO DE TERRAS

JOÃO MARIA CÂMARA BEZERRA
CHEFE DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

EQUIPE DE COORDENAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

LEILIANNE D. GURGEL D'ÁVILA
Asseguradora de Planejamento e Controle

JÚLIO CÉSAR BATISTA DE LIMA
Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário

MAX VICTOR BEZERRA BARBOSA
Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário

AMANDA CAVALCANTE DE OLIVEIRA
Técnico Administrativo

JOÃO LINO DE OLIVEIRA SOBRINHO
Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário

JAILSON VICENTE DA SILVA
Contador

MANOEL NETO DE SOUZA
Engenheiro Agrônomo

ROBERTO MÁXIMO DE LIMA JÚNIOR
Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário

MARCO ANTONIO BORGES DE PAIVA
Administrador

SUMÁRIO

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	08
2. Objetivos e metas institucionais.....	08
2.1 Respons. inst. da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.	08
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.	09
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	09
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	10
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	11
2.2.4 Divisão de Administração	12
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	13
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais	13
Principais Ações do Programa.....	13
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária.....	13
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.....	15
2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.....	18
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	22
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	24
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	25
Principais Ações do Programa.....	25
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento	25
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.....	27
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol	29
2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento	31
2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária.....	33
2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	35
2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	36
2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	39
2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas.....	40
Principais Ações do Programa.....	40
2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	40
2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural	42

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	43
2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	45
2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas	46
2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas	47
2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	47
2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	48
Principais Ações do Programa	49
2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	49
2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo	50
Principais Ações do Programa	50
2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	50
2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola	52
Principais Ações do Programa	52
2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos	52
2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos	55
2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo	56
Principais Ações do Programa	56
2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	56
2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	58
2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	59
2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	61
2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	62
Principais Ações do Programa	62
2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	62
2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa	72
2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo	73
2.3.9.1 Ação 2003 - Ações de Informática	75
2.4 Desempenho Operacional	76
2.4.1. Programação Orçamentária	76
2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)	76
2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes	76
2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital	76

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	76
2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	76
2.4.2 Execução Orçamentária	78
Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela Superintendência Regional por movimentação.....	78
2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação.....	78
2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	80
2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa	83
2.4.3. Evolução de Gastos Gerais.....	88
2.4.5. Indicadores de Desempenho.....	90
3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos	99
3.1 Composição dos Recursos Humanos	99
3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos	99
3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos.....	100
3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra.....	103
3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir	104
3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos	104
4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	104
Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	104
5. Insc. em Restos a Pagar no Exerc. e os saldos de Restos a Pagar de Exerc. Ant.	105
6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício.....	108
7. Previdência Complementar Patrocinada	112
8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	112
9. Renúncias tributárias.....	112
10. Operações de fundos.....	112
11 A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno	112
11B. Determinações e recomendações do TCU	113
12. Atos de admissão, deslig., concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício .	115
13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV.....	118
14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	119
15. Informações Contábeis da Gestão.....	120
16. Considerações Finais	121

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário			Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Rio Grande do Norte			
Denominação abreviada: SR-19			
Código SIORG: 17125	Código LOA: 49201		Código SIAFI: 373046
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(084)	4006-2122	(084)4006-2195
Endereço eletrônico: www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Rua Potengi, 612, Petrópolis, CEP 59020-030, Natal/RN			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
1970 – Decreto-Lei Nº 1.110 – Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
2006 – Decreto-Lei Nº 5.735/2006 – Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
2006 – Portaria Nº 69/06 – Aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

O Instituto Nacional de Reforma de Colonização e Reforma Agrária – INCRA é uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e jurisdição em todo o território nacional.

O INCRA tem os direitos, competências, atribuições e responsabilidades estabelecidas na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra) e legislação complementar, em especial a promoção e a execução da reforma agrária e da colonização.

Às Superintendências Regionais competem coordenar e executar as atividades de suas respectivas unidades, na área de atuação, definidas no regime interno do INCRA.

Em 2009, o INCRA completou 30 (trinta) anos, adquirindo maturidade na execução da Política Agrária Nacional. As Superintendências Regionais – entre elas a do Rio Grande do Norte – tem papel estratégico na articulação no contexto das Políticas Públicas, que busca articulação em âmbito regional, com Estado, municípios, parceiros governamentais e não-governamentais.

Em sua maturidade institucional o INCRA abandonou a estratégia de órgão estanque que apenas executava a política de colonização – época de sua criação e, ampliou sua inserção nas Políticas Públicas, compatibilizando suas ações e objetivos com as questões ambientais, estruturais, de vida e produção das famílias rurais.

A Reforma Agrária de hoje atua articulado com várias Políticas Públicas Nacionais, o que vem gerando quantidade e qualidade nas ações desenvolvidas pela Autarquia resultando na melhora de qualidade de vida famílias não tinham seus direitos de cidadãos reconhecidos.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A Superintendência Regional do Rio Grande do Norte preocupou-se em manter uma atitude proativa, priorizando o processo de planejamento que lhe permitiu definir os objetivos, meios de execução, procedimentos e meios de controle.

As ações executadas por esta Superintendência Regional estão alicerçadas na Programação Operacional 2009 – PO/2009, que é o instrumento de gestão e tomada de decisões que orienta todos os programas/ações desta Autarquia Federal.

Por sua vez, a Programação Operacional 2009 foi elaborada com base no PPA 2008-2011 e de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias-2009 / LDO-2009 e a Lei Orçamentária Anual de 2009/ LOA-2009.

Em consonância com suas diretrizes estratégicas, a Superintendência Regional do Rio Grande do Norte desenvolveu suas ações de Política de Reforma Agrária buscando consolidar a Reforma Agrária como instrumento de desenvolvimento sustentável no país, promovendo a democratização do acesso e exploração racional da terra, garantindo a soberania alimentar, a geração de emprego e renda e a inclusão social.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Esta divisão tem como desafio permanente conhecer a malha fundiária, na sua origem, objetivando a efetiva distribuição e concentração de áreas, o regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão de um banco de dados a nível nacional, que possibilite a fidedignidade das informações do potencial agrário, subsidiando o programa nacional de reforma agrária do governo federal. O público alvo são os detentores nacionais e/ou estrangeiros de imóveis rurais a qualquer título, os cartórios de registro de imóveis e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Para a o cumprimento de seus objetivos a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária estrutura-se nas seguintes ações:

1. Regularização Fundiária;
2. Georreferenciamento da Malha Fundiária;
3. Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural;
4. Reconhecimento, demarcação e titulação de áreas remanescentes de quilombos.

Visando a implementação dos objetivos e das ações estruturadas, a divisão organizou sua estratégia de trabalho tendo como foco o georreferenciamento da malha fundiária, bem como a regularização fundiária das referidas áreas, através de convênios firmados em exercícios anteriores com a Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado, o que possibilitou abranger mais de 20% do estado do Rio Grande do Norte com essa ação.

O Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, outro eixo prioritário da ação da divisão, implementou a análise dos cadastros apresentados pelos proprietários, o controle de aquisições de imóveis rurais por estrangeiros, o cadastro de terras públicas e fiscalização cadastral de imóveis rurais. No âmbito dessa ação merece destaque:

1. A emissão do CCIR dos exercícios de 2006/2007/2008/2009 via internet realizada com uma massiva divulgação em todos os municípios, visando facilitar o acesso a todos, principalmente aos proprietários de baixa renda;
2. O cumprimento da exigência prevista na Lei nº 10.267/2001, regulamentada pelos Decretos 4.449/2002 e 5.570/2005, que tem como objeto a certificação dos imóveis rurais oriundos de modificações nas matrículas, contribuiu para um cadastro consistente na elucidação da malha fundiária nacional;
3. A Fiscalização cadastral através de procedimento administrativo, em sua maior parte em grandes áreas, tendo como critério de seleção, o exame da legitimidade do domínio e da posse e verificação do cumprimento da função social;
4. O controle de aquisição de imóveis rurais por estrangeiros tem possibilitado conhecer a fragilidade da nossa legislação e do nosso Serviço de Registro Cartorial, uma vez que os cartórios não têm cumprido as legislações específicas sobre o assunto.

Merece especial destaque, a ação de reconhecimento, demarcação e titulação de áreas remanescente de quilombos. Graças a essa ação, a comunidade de Jatobá (município de Patu) foi a primeira no estado do RN a ser decretada de interesse social para fins de regularização fundiária. Outros seis processos administrativos tramitam com o mesmo propósito.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

Este programa tem por objetivo a democratização do acesso à terra de forma a permitir o atendimento da demanda social. A Obtenção de Terras é umas das principais ações desenvolvidas através deste Programa.

No estado do Rio Grande do Norte, a estratégia de ação tem se pautado em duas vertentes: a obtenção de áreas rurais por meio de desapropriação de terras com vistas à implantação de assentamentos de trabalhadores rurais e a retomada de lotes vagos e conseqüente substituição de famílias.

No tocante à ação de obtenção, é importante salientar que vem ocorrendo relativa redução do volume de terras obtidas através dos mecanismos onerosos. De outro lado, o incremento e a priorização cada vez maior das ações de qualificação dos assentamentos, vem proporcionando,

ano após ano, um maior direcionamento de recursos para estas ações em detrimento da obtenção. Além dos itens acima levantados, contribuíram também para a redução do volume de terras disponíveis, o aumento do preço de terra em algumas microrregiões mais valorizadas.

Por sua vez, a retomada de lotes vagos além de se constituir numa ação moralizadora, possibilita a inclusão de um grande contingente de novas famílias ao Programa de Reforma Agrária, as quais acessam em condições favoráveis, vez que já dispõem de moradia e da infra-estrutura básica já ofertada ao assentamento.

As ações inerentes ao meio-ambiente também merecem destaque na estratégia adotada pela divisão. No ano de 2008, a Superintendência firmou Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público Federal e os órgãos ambientais, o qual estabeleceu metas de licenciamento (LIO) até 2011. Ademais, ações que visam à recuperação de áreas degradadas (passivo ambiental) estão em curso por intermédio de parcerias institucionais.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

As ações desenvolvidas por essa divisão visam ao desenvolvimento e à recuperação dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária. Para tanto, as ações coordenadas por essa divisão buscam solucionar os problemas estruturais que dificultam a instalação e a permanência das famílias (moradia, água, energia, estradas), bem como atua na perspectiva de ofertar serviços essenciais ao desenvolvimento produtivo das mesmas, através da oferta de serviços de assessoria técnica (ATES), capacitação e formação profissional (PRONERA), crédito (possibilitar o acesso ao PRONAF) e agregação de valor à produção (Terra Sol), dentre outras.

A ação adotada por essa divisão materializa-se a partir de duas vertentes, a saber: a implantação de novos assentamentos e a recuperação dos antigos (anteriores a 2003). Em ambos os casos buscando sempre estabelecer parcerias com outros entes (Prefeituras Municipais, Governo do Estado, instituições federais e Organizações Não-Governamentais) de modo a potencializar e a incrementar a ação deste órgão.

Nesse sentido, no exercício de 2009 a ação crédito de instalação foi responsável por mais de 68% do orçamento disponibilizado à Superintendência. Objetivando a boa e participativa aplicação desse crédito, a Divisão de Desenvolvimento adotou como procedimento a discussão com os representantes dos assentamentos para avaliar conjuntamente, através de encontros regionalizados, quais as que carecem de intervenção mais urgente, com o intuito de solucionar as questões limitantes à produção e a uma melhor qualidade de vida das famílias assentadas. No caso específico de reforma/ampliação das moradias, o critério utilizado foi o estágio atual das mesmas e o ano de construção.

Procedimento semelhante foi adotado no planejamento e execução de ações de Infra-estrutura, as quais tiveram como foco principal a resolução do problema de abastecimento hídrico dos projetos de assentamento. O ponto de partida foi o estudo realizado pela Secretaria de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente – SEMARH, a partir de demanda dessa Superintendência Regional. De acordo com esse estudo, 50% encontram-se numa situação classificada como *muito boa/ótima*, 16% numa situação *moderada* e 34% numa situação *grave ou muito grave*. A prioridade da ação da Superintendência Regional nesses últimos exercícios, nesse quesito, tem sido os assentamentos incluídos nessa última categoria.

Por fim, merece destaque as ações de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES. A exemplo dos últimos exercícios, optou-se pela realização de licitações para o conjunto das áreas que não dispõem desse serviço. Infelizmente, em função do número de concorrentes, não se atingiu o resultado esperado. Quanto ao Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária -

PRONERA foi possível repactuar três, dos quatro convênios que haviam sido paralisados por determinações dos setores jurídicos da administração central.

Em suma, a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento da Superintendência Regional do Estado do Rio Grande do Norte buscou otimizar o uso de seus recursos humanos, materiais e orçamentários para atender e solucionar os problemas de maior gravidade nas áreas de assentamento, onde através de suas ações estruturantes, promoveu um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para a manutenção de seus programas, incentivou projetos que potencializassem a produção e a comercialização dos produtos oriundos de assentamentos rurais, concretizou a contratação de empresas para a prestação de serviços de ATES a aproximadamente metade das famílias assentadas no RN, trabalhou para a conclusão e encerramento dos convênios firmados em exercícios anteriores (PRONERA, PAC, TERRA SOL, etc.), isto, sempre focada num melhor desempenho da Instituição perante nossa responsabilidade para com as famílias assentadas do Rio Grande do Norte.

2.2.4 Divisão de Administração

Visando uma melhor gestão dos recursos públicos destinados a esta Superintendência Regional, a Divisão de Administração implementou a partir de 2009 uma política de otimização dos seus gastos.

Para tanto, adquiriu modernos aparelhos de ar condicionados (splits), novos equipamentos de informática e de teleprocessamento, efetuou a doação de veículos e aparelhos de ar condicionados velhos que representavam alto custo de manutenção, realizou novos pregões eletrônicos para aquisição de materiais e serviços diversos, restringiu as ligações de longa distância e celulares aos ramais das chefias, gabinete do superintendente, setor de contratos/licitações/pregoeiro, comissões disciplinares, todas essas medidas levaram a uma economia nos gastos com energia elétrica, com aquisição de peças para reposição nos veículos e equipamentos de informática e em aparelhos de ar condicionados, e conseqüentemente nos custos dos serviços de manutenção dos mesmos, bem assim freou em parte o excesso nos gastos com telecomunicações.

Apesar disso, houve aumento do número de veículos locados em decorrência da doação de veículos velhos, mas principalmente pelo acréscimo da demanda de deslocamento dos servidores das áreas finalísticas para atender as metas de implantação e desenvolvimento dos diversos projetos de assentamentos e dos serviços de demarcação de lotes e cadastro rural, dentre outros sob nossa alçada.

Igualmente, o acréscimo nos gastos com telecomunicações justifica-se em parte pela necessidade excepcional do uso das linhas telefônicas por membros de diversas comissões disciplinares de sindicância e de processo administrativo instauradas no âmbito desta Regional.

Quanto aos convênios celebrados por esta Superintendência Regional, efetuou-se o levantamento da situação de cada um deles a fim de promover a regularização dos mesmos, o que ocasionou a notificação das entidades convenientes para apresentarem informações, documentos e justificativas no tocante às pendências detectadas, gerando assim a transparência na execução de seus objetos e na utilização dos recursos públicos.

Diante do exposto, esta Divisão de Administração priorizou a redução de gastos através da otimização e eficiência de suas ações, evitando assim o cometimento de excessos na execução de sua missão institucional.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Gerente do programa: Nilton Bezerra Guedes.

Responsável pelo programa no âmbito da Superintendência Regional: José Leonardo Guedes.

Indicadores ou parâmetros utilizados: Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária.

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta Realizada (g)	Meta a ser realizada (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
---------------	------------------	------------------------	-------------------	-----------------------------	------------------------------------	--------------------------	-----------------------------------	--

							em 2010 (h)	
221	631	A	3	Família assentada	1.000	1.191	0	191%

Fonte: SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
40.000,00	56.000,00	56.000,00	100%	51.554,50	92%	51.554,50	92%

Fonte: SIAFI

A ação de Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiadas do Programa de Reforma Agrária, constante do Programa 137, tem por objetivo principal identificar, cadastrar e homologar a seleção de famílias para assentamento de trabalhadores rurais sem terra, com a devida inserção dos dados no Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária – SIPRA.

O dispêndio total com a ação foi de apenas R\$ 51.554,50 (cinquenta e um mil, quinhentos e cinquenta e quatro mil reais e cinquenta centavos) no ano de 2009. Embora com somente 92% do empenho liquidado, superamos a meta em 19,10% do previsto na Programação Operacional.

Em sede de obtenção onerosa – aquela realizada via desapropriação de imóveis rurais declarados de interesse social para reforma agrária – realizamos o assentamento de 151 famílias, consoante tabela demonstrativa a seguir:

PROJETOS DE ASSENTAMENTOS CRIADOS			
MUNICÍPIO	PROJETOS DE SSENTAMENTO	ÁREA ha	Nº DE FAMÍLIAS
CARNAUBAIS	ROSA LUXEMBURGO	942,2512	70
	IRMÃ DOROTHY	374,756	28
	MARGARIDA ALVES II	567,13	20
IELMO MARINHO	CARLOS MARIGHELA	599,5586	33
TOTAL			151

Além do resultado acima listado, fruto da criação de novos projetos, realizamos o assentamento de 1.040 famílias através de procedimento de substituição de beneficiários em lotes vagos (em razão de abandono ou desistência de seus ocupantes pretéritos), bem como de retomada de parcelas irregularmente ocupadas.

Para o alcance (superação) da meta, além da economia obtida por esta SR, enfatizamos a concentração de esforços, especialmente no segundo semestre de 2009, focados na movimentação das famílias beneficiadas, especialmente nas transferências, desistências e eliminações de ocupantes irregulares.

2.3.1.2 - Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção.

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Área vistoriada (ha)	82.100	16.925,4416	2.130,1956	20,61%

Fonte: SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
254.000,00	395.830,00	395.759,32	100%	383.481,80	97%	383.481,80	97%

Fonte: SIAFI

A ação de Vistoria e Avaliação para a Obtenção de Imóveis é fundamental e imprescindível para que a ação Obtenção de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária possa ser realizada.

Boa parte dos recursos destinados a esta ação são para o desenvolvimento de atividades de campo (para a efetivação das vistorias e avaliações propriamente ditas), porém, ações como Imissão na Posse e honorários de Perícias Judiciais, fazem parte das possibilidades de alocação dos recursos.

Cumprir destacar que tal ação, para além do objetivo precípuo de identificação de novas áreas para desapropriação, tem também o objetivo (não menos importante) de fiscalização do

cumprimento da função social das propriedades vistoriadas, contribuindo assim para elevação da qualidade e da produção no campo, combate ao trabalho infantil e escravo, e cumprimento da legislação ambiental.

As atividades desenvolvidas nesta ação estão conforme quadros abaixo:

VISTORIAS COM RELATÓRIO CONCLUSO

NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA MEDIDA (ha)
SÃO JOÃO	RIACHUELO	719,5035
FAZENDA VERA CRUZ	MONTE ALEGRE	886,9192
CAJARANA	BOA SAÚDE	768,9519
ANGATURAMA II	SENADOR ELOI DE SOUZA	425,0590
QUIXABEIRA	GALINHOS E CAIÇARA DO NORTE	1.241,1212
LAGOA SECA	MACAÍBA	229,3676
SANTA MARIA	MACAÍBA	452,1300
FAZENDA SANTA RITA DO RIACHÃO I E FAZENDA SANTA RITA DO RIACHÃO II	CEARÁ MIRIM	528,7812
SANTA MARIA GLEBA B	MACAÍBA	236,1800
RIACHÃO	CEARÁ MIRIM	282,2548
PEGADO	SANTA MARIA	1.153,7300
GLEBA A-2 / GLEBA D-2 / GLEBA E-2 (CONHECICO DOMO MARICULTURA)	GALINHOS	4.662,9715
MOURÕES	ASSU	986,1469
	TOTAL	12.573,1168

AVALIAÇÃO COM LAUDO CONCLUSO

NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA AVALIADA (ha)
ARCA/PEROBAS/BOA VISTA	JOÃO CÂMARA	814,7801
PEDRO SEGUNDO	BOA SAÚDE	1.141,4492
SÃO PEDRO	SÃO PAULO DO POTENGI E SENADOR ELOI DE SOUZA	563,8797
RIACHO DO MEIO	SERRA CAIADA	1.054,3226
	TOTAL	3.574,4316

VISTORIA E AVALIAÇÃO CONJUNTA COM LAUDO CONCLUSO

NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA	
		MEDIDA (ha)	--
PALHEIROS	PARAZINHO	777,8932	--

Realizamos ainda as vistorias e avaliações abaixo elencadas, porém os laudos não foram concluídos no ano de 2009, o que ocorrerá apenas em 2010.

VISTORIAS REALIZADAS EM 2009 – RELATÓRIOS NÃO CONCLUSOS

NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA MEDIDA (ha)
LARANJEIRAS DOS GOMES	SÃO JOSE DO MIPIBU	550,0000
SÃO JOÃO DO CARNEIRINHO	AÇU	1.500,9192
	TOTAL	2.050,9192

AVALIAÇÕES REALIZADAS EM 2009 – RELATÓRIOS NÃO CONCLUSOS (ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS)

NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA MEDIDA (ha)
PARTE DE TERRAS (SÍTIO JATOBÁ)	PATU	49,2864
DUAS PARTES DE TERRAS (SÍTIO JATOBÁ)	PATU	28,0000
SÍTIO JATOBÁ	PATU	2,0012
	TOTAL	79,2876

Os resultados alcançados nesta ação estão diretamente relacionados com a disponibilidade de terras para obtenção (onerosa). No Estado do Rio Grande do Norte, a disponibilidade de terras para obtenção, via desapropriação por interesse social, com fins de Reforma Agrária, ou por aquisição, vem obedecendo a uma curva de declínio muito acentuado, haja vista o significativo número de projetos de assentamento já criados, restando áreas que se apresentam com considerável risco de não serem passíveis de desapropriação, nas condições de médias propriedades, grandes propriedades produtivas ou sem o potencial agrônomo adequado para a criação de projetos de assentamento, propiciando baixo aproveitamento das áreas vistoriadas para o programa de Reforma Agrária.

Conforme é possível se verificar na Lei Orçamentária Anual/2009 – LOA/2009, os dispêndios financeiros desta ação são empregados em despesas classificadas como correntes. Na Superintendência Regional do Rio Grande do Norte todo o recurso disponibilizado foi utilizado com diárias de servidores para viagens a campo e execução do objeto princípio da ação, bem como as despesas de apoio logístico com manutenção e combustível nas viaturas da autarquia e, ainda, material de consumo/expediente para confecção dos relatórios técnicos.

2.3.1.3 - Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação €	Prioridade (d)	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Licença Ambiental Protocolada	48	66	0	137,5%

Fonte: SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
765.827,00	600.836,09	596.132,61	99%	530.241,51	88%	530.241,51	88%

Fonte: SIAFI

A ação de Licenciamento Ambiental de Assentamentos de Reforma Agrária, inserida no Programa 137, também é uma realidade, sendo que em 2009, foram executados R\$ 530.241,51 (quinhentos e trinta mil, duzentos e quarenta um reais e cinquenta e um centavos) nesta ação. Neste período, 66 licenças foram protocoladas (Licença Prévia – LP, Licença de Instalação e Operação – LIO e similares) junto aos órgãos ambientais estaduais.

O processo de licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária sob responsabilidade do INCRA/RN segue o Termo de Ajuste de Conduta - TAC Estadual, assinado pelo INCRA/IDEMA/IBAMA, sob supervisão do Ministério Público da União, com duração de 4 anos (iniciado em 2008). A meta final do TAC busca regularizar todos os assentamentos do estado do Rio Grande do Norte, até o ano de 2011.

Apesar desta ação aparentemente fazer parte das áreas de desenvolvimento (Programa 137), parte da mesma se dá no processo de licenciamento ambiental das áreas a serem obtidas para fins de Reforma Agrária, tendo em vista a legislação ambiental atual, que determina que os assentamentos de Reforma Agrária obrigatoriamente tenham que ter Licença Prévia – LP para serem constituídos.

No ano de 2009 foram protocoladas 66 Licenças Ambientais, sendo 60 Licenças de Instalação e Operação – LIO e 06 Licenças Prévias – LP. Esses números superam a meta estabelecida para a Superintendência Regional do Rio Grande do Norte de 48 Licenças.

Licenças Protocoladas juntos ao Órgão Estadual de Meio Ambiente (IDEMA).

	Projeto de Assentamento	Município	Fam.	Nº da solicitação da LIO
1	Oziel Alves	Mossoró	132	034588/TEC/LIO-166

2	Portal da Chapada	Apodi	45	034593/TEC/LIO-167
3	Aurora da Serra	Apodi	59	034515/TEC/LIO-164
4	Meu Rancho	Pureza	55	034514/TEC/LIO-163
5	Alto da Colina	Santa Cruz	28	034510/TEC/LIO-159
6	Uberlândia	Poço Branco	20	034516/TEC/LIO-165
7	Padre Cícero	Ceará-Mirim	60	034507/TEC/LIO-162
8	São Cristovão	Mossoró	40	034506/TEC/LIO-156
9	Salgado	Upanema	40	034511/TEC/LIO-160
10	Boa Fé	Mossoró	40	034505/TEC/LIO-155
11	São Romão	Mossoró	123	034508/TEC/LIO-157
12	São Bento	Mossoró	31	034512/TEC/LIO-161
13	Sussuarana	Mossoró	10	034509/TEC/LIO-158
14	Baixa do Noviho	João Câmara	60	033654/TEC/LIO-0145
15	Vivará	João Câmara	60	033653/TEC/LIO-0144
16	São Manoel II	Upanema	65	033651/TEC/LIO-0143
17	São Sebastião III	Upanema	65	033645/TEC/LIO-0142
18	Santa Luzia III	João Câmara	26	033643/TEC/LIO-0141
19	Sombreiro	Upanema	65	033642/TEC/LIO-0140
20	São Geraldo	Upanema	40	033641/TEC/LIO-0139
21	Sabiá	Upanema	65	033640/TEC/LIO-0138
22	Bom Trabalho	Parazinho	40	033618/TEC/LIO-0135
23	Riachão	Gov. Dix-Sept Rosado	22	033617/TEC/LIO-0134
24	Roseli Nunes	Ielmo Marinho	40	033616/TEC/LIO-0133
25	Surubim	Poço Branco	45	033615/TEC/LIO-0132
26	Nova Esperança de Mossoró	Mossoró	190	033614/TEC/LIO-0131
27	Novo Pingos	Açu	56	033613/TEC/LIO-0130
28	Osmar Vicente da Costa	Gov. Dix-Sept Rosado	44	033611/TEC/LIO-0129
29	Paulo Canapum	Gov. Dix-Sept Rosado	30	033609/TEC/LIO-0128
30	Três Marias	Gov. Dix-Sept Rosado	70	033605/TEC/LIO-0127
31	São Francisco II	Parazinho	23	033528/TEC/LIO-0126
32	Amazonas	Parazinho	23	033526/TEC/LIO-0125

33	Bonfim	Angicos	45	033524/TEC/LIO-0123
34	Jerusalém	Taipú	80	033523/TEC/LIO-0122
35	Nossa Senhora da Conceição	Gov. Dix-Sept Rosado	61	033521/TEC/LIO-0121
36	Caracaxá	Macaíba	60	033520/TEC/LIO-0120
37	Vitória	Baraúna	35	033519/TEC/LIO-0119
38	Santa Inês	Jandaíra	21	033518/TEC/LIO-0118
39	Primeira Lagoa	Ceará-Mirim	36	033517/TEC/LIO-0117
40	03 de Agosto	Lajes	80	033516/TEC/LIO-0116
41	Carlos Marighella*	Ielmo Marinho	35	033522/TEC/LSIO-0003
42	Margarida Alves	Macaíba	80	033389/TEC/LIO-0114
43	Alagoinha	Currais Novos	36	033388/TEC/LIO-0113
44	Boa Vista	Lajes	140	033341/TEC/LIO-0110
45	Patativa do Assaré	Açu	45	033338/TEC-LIO-0108
46	Santa Rita de Cássia	Mossoró	40	033336/TEC/LIO-0107
47	Bernardo Marim	Pureza	47	033335/TEC/LIO-0106
48	Padre Pedro Neefs	Upanema	37	033333/TEC/LIO-0105
49	Recanto da Esperança	Mossoró	80	033329/TEC/LIO-0104
50	Chico Rêgo	Gov. Dix-Sept Rosado	60	033139/TEC/LIO-0096
51	Nove de Outubro	Caraúbas	41	033138/TEC/LIO-0095
52	Aldemir Lemos	Bento Fernandes	30	032397/TEC/LIO-080
53	Santo Antônio	Gov. Dix-Sept Rosado	39	032395/TEC/LIO-079
54	Resistência Potiguar	Ceará-Mirim	43	032391/TEC/LIO-075
55	Maisa	Mossoró	1.150	032390/TEC/LIO-074
56	Maria da Paz	João Câmara	45	032389/TEC/LIO-073
57	Pequena Vanessa	Senador Elói de Souza	33	032388/TEC/LIO-072
58	Boa Esperança	São Miguel do Gostoso	50	031069/TEC/LIO-052
59	Planalto do Retiro	Touros	70	031069/TEC/LIO-052
60	Santa Fé	São Miguel do Gostoso	41	031069/TEC/LIO-052
61	Faz. Perreiros	Parazinho		03462/TEC/LP-0204

62	Faz. Arca, Perobas e Boa vista	João Câmara		028100/TEC/LP-0034
63	Riacho do Meio	Serra Caiada		028054/TEC/LP-032
64	São Pedro	Sem Elói de Souza e São Paulo do Potengi		028053/TEC/LP-031
65	Faz. Pedro II	Boa Saúde		028046/TEC/LP-030
66	Faz. Alto do Oriente	São Bento do Norte		034626/TEC/LP-0205

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Área Obtida (há)	10.742	2.372,9265	0	22,09%

Fonte: Decreto 6.808/09 e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	Valor Pago
---------	-------------------	-----------------	-------------------	------------

R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
401.702,00	232.751,72	232.751,72	100%	232.751,72	100%	232.751,72	100%

Fonte: SIAFI

Dos recursos programados para o ano de 2009, R\$ 401.702,00 (quatrocentos e um mil, setecentos e dois reais), foi provisionado, empenhado e liquidado o valor de R\$ 232.751,72 (duzentos e trinta e dois mil, setecentos e cinquenta e um mil e setenta e dois centavos), conforme quadro abaixo:

PAGAMENTO DE BENFEITORIAS		
ORDEM	IMÓVEL	VALOR R\$
1	FAZENDA ARRAIAL II	66.784,86
2	FAZENDA OLHO D'AGUA	25.376,24
3	FAZENDA ÁGUA BRANCA I E II	50.308,64
4	NOVA GUAJIRU	90.828,20
	TOTAL	232.751,72

E, considerando o alcance das metas obtivemos por via onerosa os imóveis abaixo listados:

ÁREAS OBTIDAS		
ORDEM	IMÓVEL	Ha
1	FAZENDA ARRAIAL II	471,1555
2	FAZENDA OLHO D'AGUA	374,7560
3	FAZENDA ÁGUA BRANCA I E II	942,2512
4	NOVA GUAJIRU	584,7638
	TOTAL	2.372,9265

Entre as razões que impediram o alcance das metas podemos citar a diminuição do estoque de terras disponível para Reforma Agrária no Estado, especialmente via desapropriação. Portanto, devemos abandonar a metodologia de obtenção com base na média histórica e passarmos a observar a devida curva de tendência, contemplando a obtenção nos últimos anos, conforme demonstramos no quadro abaixo.

ANO	ÁREA OBTIDA
2003	8.629,2635 ha
2004	29.717,9307 ha
2005	25.148,7505 ha
2006	14.369,9106 ha
2007	19.557,3693 ha
2008	6.131,3051 ha

O que implicaria efetiva diminuição de metas a serem realizadas em 2009 e não como colocado na Programação Operacional que programou uma meta muito maior do que as possibilidades existentes no RN.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
1.029,00	5.247,20	5.234,77	-----	3.934,77	-----	3.934,77	-----

Fonte: SIAFI

O Programa Assentamento de Trabalhadores Rurais para executar suas atividades, desenvolveu um centro de custos administrativos, com a função de apoiar financeiramente os atos administrativos que não estão diretamente relacionadas com a ação finalística, para isso foi provisionado o valor de R\$ 5.247,20 (cinco mil, duzentos e quarenta e sete reais e vinte centavos) e pago efetivamente o valor de R\$ 3.934,77 (três mil, novecentos e trinta e quatro reais, setenta e sete centavos).

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da Superintendência Regional: Dalvanir Avelino da Silva

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento.

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede

elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc., visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família Atendida	1.251	0	1.282	-

Fonte: SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
6.880.644,00	461.084,44	460.731,44	100%	49.647,00	11%	49.647,00	11%

Fonte: SIAFI

O quadro acima não revela a totalidade da execução orçamentária, muito menos a superação da meta física. De fato, a provisão recebida pela Superintendência Regional foi o que estava prevista na Programação Operacional. Tal provisão esteve disponibilizada, em sua totalidade, até abril/09, quando esta unidade empenhou, em 25 de abril, recursos na ordem de R\$ 411.084,44 (quatrocentos e onze mil, oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) com o propósito de atender aditivo ao convênio CRT/RN/13.000, celebrado entre o INCRA e a Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente – SEMARH (Nota de Empenho N° 2009NE000108 – ANEXO 1). Deste montante, somente 11% foi liquidado, ficando o restante inscrito em restos a pagar não processados.

No dia dois de outubro/09, foi publicado no Diário Oficial da União Termo de Cooperação entre essa Superintendência e a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais – CPRM, processo n° 54330.000711/2009-18, tendo como objeto a implantação /revitalização de sistemas de abastecimento de água em 33 (trinta e três) projetos de assentamentos de Superintendência Regional do Rio Grande do Norte, abrangendo 2.341 (duas mil, trezentas e quarenta e uma) famílias. Dos recursos orçamentários para a execução do objeto (R\$ 8.251.193,17), coube à Superintendência Regional do Rio Grande do Norte R\$ 7.267.479,17 (sete milhões, duzentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e setenta e nove reais e dezessete centavos), sendo para o exercício de 2009 R\$ 6.435.761,39 (seis milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, setecentos e sessenta e um reais e trinta e nove centavos) - pago na totalidade e o restante por conta do exercício 2010. A vigência do referido termo expira em 31/10/2010. (extrato anexo 2)

Portanto, esta unidade executou 99,5% do orçamento previsto na Programação operacional. As obras resultantes dessa parceria já se encontram todas licitadas e o número de famílias atendidas 2.341 (duas mil, trezentas e quarenta e uma) serão apresentadas como metas no relatório referente ao próximo exercício.

Os resultados dessa parceria se inserem num leque mais amplo de parcerias firmado em exercícios anteriores com o Governo do Estado do RN (Secretarias de Recursos Hídricos e Meio ambiente- SEMARH e Secretaria de Agricultura, Pecuária e pesca – SAPE), os quais juntos respondem por aproximadamente metade do universo (34%) de assentamentos identificados como em situação crítica de abastecimento de água.

Por fim, cabe ressaltar que a opção dessa Superintendência Regional pela não execução direta de tais obras deve-se a carência do setor de infra-estrutura dessa Autarquia (conta-se de fato atualmente com 01 engenheiro civil), o que resultou em problemas na execução de contratos firmados em exercícios anteriores. Para amenizar tal situação, esta unidade estuda junto à sede a possibilidade de contratação de serviços especializados de engenharia para dar suporte e acompanhamento às fiscalizações a serem realizadas pelo seu setor de infra-estrutura.

2.3.2.2 - Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família Atendida	1.762	857	0	48%

Fonte: Decreto 6.808/09 e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)

921.353,00	150.000,00	149.574,46	100%	131.200,72	88%	131.200,72	88%
------------	------------	------------	------	------------	-----	------------	-----

Fonte: SIAFI

A ação de Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento, também integrante do Programa 137, tem por objetivo prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável, mediante realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais, bem como a identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Verificamos nesta ação, a execução de R\$ 131.200,72 (cento e trinta e um mil, duzentos reais e setenta e dois centavos), atendendo diretamente a 857 (oitocentos e cinquenta e sete) famílias.

Esta Superintendência Regional em 2009 executou as atividades que foram contratadas em dezembro de 2008.

A principal dificuldade encontrada nesta ação é a realização de acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados, tendo em vista o reduzido quadro de servidores capacitados em agrimensura ou cartografia.

PROJETOS DEMARCADOS EM 2009			
PA	MUNICÍPIO	Nº DE PARCELAS	Nº DE FAMÍLIAS
Canudos	Touros	46	41
Paulo Freire III	Pureza/Rio do Fogo	70	61
Nova Olinda	Caiçara do Norte	169	161
Olga Benário	Mossoró	79	63
Maria Cleide da Silva	Gov.Dix-Sept Rosado/Felipe Guerra	25	17
Terra de Esperança	Gov.Dix-Sept Rosado/Felipe Guerra	122	113
José Sotero da Silva	Caraúbas	37	30
Ronaldo Valência	Campo Grande Paraú	19	47
Prof. Maurício de Oliveira	Assu	79	70
Cheiro da Terra	Mossoró/Baraúna	49	45
Garavelo	Areia Branca/Ponta do Mel	101	84
Nova Aliança	Poço Branco	64	52
Patativa do Assaré	Riachuelo	41	30
Chico Santana	Pureza/João Câmara	53	43
TOTAL		954	857

2.3.2.3 - Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	691	A	3	Família beneficiada	0	0	1.119	-

Fonte: Decreto 6.808/09 e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	125.403,47	125.403,47	100%	0		0	0

Fonte: SIAFI

Com o escopo de implementar ações do Programa Terra Sol, mas considerando a escassez de recursos humanos e materiais para fazê-lo, esta Superintendência Regional do Rio Grande do Norte promoveu reuniões com entidades parceiras da Reforma Agrária na busca de divulgar o Programa TERRA SOL, e no intuito de estabelecer parcerias que viabilizassem a execução de ações no âmbito deste programa, contribuindo para a melhoria da estrutura produtiva e comercialização dos produtos oriundos de Projetos de Assentamento no Estado do Rio Grande do Norte.

Foi através de parceria, que esta Superintendência firmou, no final de 2008, Convênio com o Instituto de Assessoria à Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável – IDS, com perspectiva de beneficiar 1.764 (um mil e setecentas e sessenta e quatro) famílias assentadas através de elaboração de Planos de Negócios e Projetos Executivos, bem como pela realização de 3 (três) feiras de agronegócios nas diferentes regiões do estado do RN, em busca de sistematizar e impulsionar a comercialização de produtos de diversos assentamentos do Rio Grande do Norte, conforme tabela abaixo.

PA's beneficiados	Municípios/RN	Nº de famílias
Lagoa Nova I	Riachuelo	239
Rosário	Ceará-Mirim	120
Zabelê (Agrov.) Aracati	Touros	336
Arizona	Touros	179
Bonsucesso	Pedra Grande	68
Novos Pingos	Assú	56
Petrolina	Caraúbas	34
Pedro Ezequiel	Ipanguaçu	529
Paulo Canapum	Governador Dix-Sept Rosado	30
Jurema	Mossoró	84
Canto da Ilha de Cima	São M. do Gostoso	89
		1.764

Entretanto, o início efetivo das atividades referentes ao convênio em comento só decorreu no exercício de 2009, após a efetiva descentralização da primeira parcela, sendo, durante este exercício, desenvolvidas as atividades/ações pactuadas. Desta feita, durante o exercício de 2009 realizou-se a descentralização das 02 (duas) primeiras parcelas, sendo beneficiadas cerca de 895 (oitocentos e noventa e cinco) famílias, deixando um passivo de 869 (oitocentas e sessenta e nove) famílias a serem atendidas/beneficiadas no exercício de 2010, onde o referido convênio apresenta-se vigente até a presente data.

Segundo informações da conveniente, o objeto pactuado apresentou, na prática, uma complexidade superior a estimada, principalmente no que tange a questão de mobilização e capacitação de membros das comunidades supracitadas, o que dificultou a execução do que estava inicialmente planejado, gerando atraso na execução.

Ademais, apesar de não constar na Programação Orçamentária desta Superintendência Regional recursos para serem executados no âmbito do Programa Terra Sol no

exercício de 2009, esta Superintendência Regional foi procurada por representantes de uma associação de assentados do Projeto de Assentamento Rosário quanto a necessidade dos mesmos de que fosse construído um galpão para abrigar uma unidade extratora de biodiesel, sendo que este galpão apresentava-se como condicionante para a sessão deste equipamento pela PETROBRAS e, conseqüentemente, formalização de parceria entre esta empresa e aquela Associação de trabalhadores rurais, que proporcionaria a criação de empregos e geração de renda para moradores daquela comunidade. Frente à oportunidade e a necessidade de construção deste galpão, que viria a beneficiar, direta ou indiretamente, as famílias daquele Projeto de Assentamento, que possui 250 (duzentas e cinquenta) famílias, acrescentado ao interesse desta Instituição no desenvolvimento dos assentamentos, esta Superintendência Regional conseguiu os recursos necessários para a realização da licitação para a contratação de empresa de construção civil para a execução da obra em tela, entretanto, devido à descentralização ter ocorrido já no final do ano, somado a demora impetrada pela burocracia da legislação quanto a realização de licitações e contratações pelo Serviço Público, a contratação ocorreu apenas no final do ano, havendo somente o empenho dos recursos, conforme pode ser verificado no quadro de Execução financeiro-orçamentária supra. Porém, informamos que no momento encontramos-nos com empresa contratada e com a obra em fase de execução, tendo previsão de término neste exercício de 2010.

Desta forma, em análise final dos dados acima expostos, chega esta Superintendência a um resultado de utilização de recursos nesta ação/programa, no exercício de 2009, apesar dos mesmos não estarem inicialmente previstos, mas que possibilitaram a formalização de uma parceria importante aos moradores do PA Rosário, gerando emprego e renda, deixando, porém, um passivo de 1.119 (um mil e cento e dezenove) famílias com ações a serem concluídas no presente exercício de 2010, valor obtido pela soma das famílias ainda não atendidas pelo convênio com o Instituto de Assessoria à Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável – IDS e o das famílias do Projeto de Assentamento Rosário.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Documento de titulação expedido	0	87	0	87%

Fonte: SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0		0	0

Fonte: SIAFI

Apesar de não haver meta prevista na Programação Orçamentária de 2009 para esta Superintendência no tocante a emissão de documentos as famílias assentadas, esta Superintendência Regional, através de seu Setor de Titulação, procedeu à emissão de 64 (sessenta e quatro) Títulos de Domínios (TD), sendo todos destinados a famílias assentadas no Projeto de Assentamento Casqueira, município de Areia Branca/RN, na forma de atendimento ao anseio das famílias daquele projeto de assentamento.

Ainda como atuação do Setor de Titulação da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento desta Superintendência Regional, foram emitidos 262 (duzentos e sessenta e dois) Contratos de Concessão e Uso (CCU) para diversas famílias assentadas, conforme discriminado na tabela abaixo.

Nome do Projeto de Assentamento	Nº de C.C.U.	Município/RN
Padre Pedro Neefs	5	Upanema
Bernardo marim	7	Pureza
Chico rego	13	Governador Dix-Sept Rosado
Paulo freire iii	6	Pureza
Olga benário	3	Mossoró
Pequena vanessa	25	Senador Eloi de Souza
Nova olinda	60	Caiçara do Norte
Garavelo	70	Areia Branca

Nova aliança	35	Poço Branco
Brilho do sol	38	Porto do Mangue

Logo, no cômputo total, obteve-se o total de 326 (trezentos e vinte e seis) documentos titulatórios emitidos, nesta Superintendência, no exercício de 2009.

Considerando que os documentos são confeccionados por servidores (as) desta casa, bem como que o material utilizado é próprio da Superintendência Regional, não houve gasto de recursos públicos para a confecção de tais documentos, mas apenas com os recursos de custeio ao deslocamento de destes servidores aos citados projetos de assentamento para a efetivação da titulação, sendo estes custos (diárias, combustível, transporte, manutenção de equipamentos, etc.) supridos com os recursos da Divisão de Desenvolvimento.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Proj. Consolidado	5	0	12	-

Fonte: SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
2.231.204,00	619.437,56	619.437,56	100%	431.528,95	70%	431.528,95	70%

Fonte: SIAFI

Durante o exercício de 2009 foi possível rever as metas e proceder à repactuação de 02 (dois) dos convênios atualmente vigentes e que se encontravam paralisados por falta de recursos e de prestação de contas não avaliadas. Para tanto foi necessária a dedicação da equipe de asseguradores trabalhando exclusivamente nestes dois processos, visando proceder aos encaminhamentos necessários para que sua execução pudesse ser retomada.

Considerando a natureza das convenientes (associações de trabalhadores rurais de projetos de assentamento), que possuem pífia capacidade operacional para estarem executando um convênio desta natureza e complexidade, não foi possível avançar na execução das metas pactuadas, acrescenta-se a isso a excessiva dependência para com o INCRA na condução/orientação para a execução das metas. Desta forma, considerando-se ainda que esta Superintendência Regional possui reduzida força de trabalho (recursos humanos), não foi possível avançar muito no exercício de 2009. Desta maneira, esta Superintendência Regional não efetuou a consolidação de nenhum projeto de assentamento no exercício em comento.

Outro problema verificado nesta Superintendência Regional do RN é a reduzida força de trabalho e comprometimento do Setor de Contabilidade com os Programas desta Autarquia, sendo necessária a vinda de uma equipe da SEDE para viabilizar a análise das contas dos convênios.

Nos processos onde foi possível sanar os problemas inicialmente detectados e após a aprovação da prestação de contas parcial e a referida repactuação do plano de trabalho (que abrangeu a redução de algumas metas que já haviam sido executadas pela conveniente por meio de outros programas ou mesmo que não se faziam mais necessárias àquelas comunidades), realizou-se o empenho dos recursos necessários a conclusão das metas que ainda não haviam sido executadas, sendo estes empenhos para a Associação do Projeto de Assentamento Antônio Conselheiro (visando beneficiar 157 famílias) e para a Associação do Projeto de Assentamento Aurora da Serra (visando beneficiar 58 famílias).

Considerando a situação supra-exposta verifica-se que durante o presente exercício pouco se caminhou na execução dos convênios visando à consolidação de projetos de

assentamentos. Apesar disso, nos convênios onde foi possível pelas convenientes realizar processos licitatórios e contratação de empresas para a execução das metas, verifica-se uma economia em relação aos recursos previstos para suas execuções e o valor contratado, mesmo tendo os valores sido previstos ainda em exercícios anteriores, na maioria dos casos, o que importaria na defasagem orçamentária, tendo-se, mesmo assim, economia na utilização dos recursos.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Unidade familiar de produção atendida	352	0	1629	0%

Fonte: Decreto 6.808/2009 e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
33.428,00	89.903,00	89.903,00	100%	89.903,00	100%	89.903,00	100%

Fonte: SIAFI

A política de Reforma Agrária se harmoniza com as políticas de preservação e recuperação do meio ambiente, especialmente no respeito às populações tradicionais e à sustentabilidade, para além da ação de licenciamento ambiental (inserida no Programa 135), a recuperação de áreas degradadas e o manejo sustentável dos recursos naturais estão contemplados na Reforma Agrária por meio da ação Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, ação esta voltada para a recuperação e proteção do meio ambiente. Somente em relação a esta ação, foram aportados R\$ 89.903,00 (oitenta e nove mil e novecentos e três reais).

Parte do recurso da Ação do Programa de Manejo dos Recursos Naturais em Projetos de Assentamentos do RN utilizou-se no Termo Aditivo do Convênio INCRA Ambiental, convênio entre o INCRA e a Fundação Norte-Riograndense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC, firmado em dezembro de 2006, que tem como objeto promover 33 (trinta e três) estudos ambientais voltados para o processo de Licenciamento Ambiental, bem como, recuperar módulos de Áreas Degradadas nos respectivos assentamentos rurais. O valor do Aditivo de Valor, com data de 28/10/2009, foi de R\$ 56.480,00 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e oitenta reais), tendo sido o restante dos recursos aplicados em custeio.

A ação de Manejo dos Recursos Naturais em Projetos de Assentamento não realizou nenhuma ação no ano de 2009, porém utilizou-se parte do recurso desta ação para a realização de fiscalização ambiental INCRA/IBAMA, que obteve como resultado inúmeros Autos de Infração, bem como, buscaram-se áreas de assentamentos rurais para a realização de Planos de Manejo Florestal (atividade de desenvolvimento sustentável), porém, mesmo evoluindo no processo ainda não foi possível concretizar nenhum dos respectivos Planos.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	846	OP	3	Família Atendida	2491	2069	422	83%

Fonte: SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
28.145.004,0 0	28.144.300,0 0	28.144.300,0 0	100%	12.093.300,0 0	43%	12.093.300,0 0	43%

Fonte: SIAFI

Dentro da Ação de Concessão de Crédito-Instalação para as famílias assentadas temos diversas modalidades de crédito que são aplicados nesta Superintendência do Rio Grande do Norte, são elas: Crédito Aquisição de material de Construção, Crédito Apoio Inicial, Crédito Semi-Árido, Crédito Recuperação/Materiais de Construção, Crédito Apoio Mulher.

Os valores de cada modalidade de crédito na época da formulação da Programação Orçamentária 2009 eram determinados pela Instrução Normativa Nº 50, de dezembro de 2008, sendo a operacionalização do crédito regulamentada pela Norma de Execução Nº 79/2008. Entretanto, em julho de 2009 foi emitida a Instrução Normativa Nº 54, que alterou os valores a serem repassados das modalidades dos créditos, elevando o valor do crédito na modalidade de Aquisição de Materiais de Construção, por exemplo, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Estava previsto o repasse à conta das associações e aplicação do crédito (indiferentemente quanto à modalidade aplicada) para atender 2.491 (duas mil e quatrocentos e noventa e uma) famílias, com base nos valores discriminados na Instrução Normativa Nº 50, entretanto, só foi possível atender, no exercício de 2009, a demanda de 2.069 (duas mil e sessenta e nove) famílias, este fato ocorre, principalmente, porque parte dos recursos recebidos foi direcionada a complementação dos valores dos créditos na modalidade de Aquisição de Materiais de Construção daquelas associações que haviam recebido o valor anterior e ainda não haviam iniciado a aplicação dos créditos, da mesma forma foi reajustado o valor a ser repassado para aquelas que ainda não haviam recebido o crédito, isto visando proporcionar a essas famílias, recentemente assentadas, a possibilidade de construir uma casa maior e de melhor qualidade, contribuindo significativamente para uma melhor qualidade de vida dessas famílias nos Projetos de Assentamento.

Outro fator que contribuiu significativamente para o não cumprimento integral da meta do número de famílias atendidas nesta ação, bem como por esta Superintendência Regional não haver liquidado valor maior de empenhos, tem como base o disposto na Norma de Execução Nº 79, no que cerne aos condicionantes para o recebimento de créditos do INCRA, onde diversas associações comunitárias dos projetos de assentamento não conseguiram regularizar sua situação fiscal, administrativa, etc., de forma que fosse possível o repasse dos recursos por parte desta Regional, o que limitou a execução da referida meta.

Encontramos dificuldade, também, em relação ao Banco do Brasil S. A., órgão financeiro contratado pelo INCRA para gerir as contas correntes e aplicações financeiras do Crédito Instalação a nível de Brasil, em abrir as contas corrente bloqueadas por modalidade de Crédito, ou seja, o Banco autoriza apenas abertura de uma conta corrente bloqueada por associação. Tal procedimento vem dificultando a operacionalização, o controle e o acompanhamento de várias modalidades de Crédito, em uma única conta, pelas comissões de servidores designadas em Ordem de Serviço. Soma-se a isso, como fator limitante a uma maior aplicação de créditos, o reduzido número de servidores perante o número de projetos de assentamentos e famílias a serem atendidos por esta Superintendência Regional, o que torna morosa a aplicação pela grande demanda e pequena força de trabalho (recursos humanos).

Entretanto, apesar de não haver atendido a totalidade das famílias previstas na meta, as famílias que se beneficiaram da aplicação do crédito instalação no exercício 2009 encontram-se bastante satisfeitas, pois puderam acessar um crédito com o valor mais alto, contemplando os reajustes que ocorrem nos preços de serviços, bens e materiais diversos desde o último reajuste, e possibilitando ainda um ganho real na utilização dos recursos, com acréscimo dos benefícios adquiridos/conquistados através dos mesmos.

Considera-se também avanço desta Divisão de Desenvolvimento a divisão dos técnicos que trabalham na aplicação dos créditos na forma de equipes distribuídas, sempre que possível, de acordo com os territórios da cidadania estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o que contribuiu significativamente para uma maior agilidade na aplicação dos créditos e ainda na resolução de problemas e demandas apresentadas pelos assentados do Rio Grande do Norte, ocasionando maior eficácia no or tempo de resposta por esta Superintendência Regional aos problemas apresentados.

No tocante a aplicação efetiva dos créditos, esta ocorre de maneira coletiva, orientada e acompanhada por técnicos desta Superintendência Regional e a execução dos serviços, principalmente os de construção/reforma, ocorre de forma coletiva ou em mutirão, não sendo utilizado, no Rio Grande do Norte, a contratação de empresas para sua execução, considerando o entendimento de que a aplicação sendo realizada desta forma oferece maiores benefícios às famílias pela economia gerada com a utilização de sua própria mão-de-obra.

No que se refere à execução financeira, informa-se que esta Superintendência Regional repassou efetivamente cerca de 43% do inicialmente programado em decorrência de que muitas das ações desenvolvidas durante o exercício de 2009 por esta Divisão de Desenvolvimento focaram-se na aplicação dos créditos de exercícios anteriores que ainda restavam nas contas das associações, com o objetivo de reduzir o passivo. Daí o motivo pelo qual não foi possível realizar a liquidação de uma parcela mais significativa dos recursos previstos na Programação Operacional 2009, entretanto, ainda foi possível comprometer 100% dos recursos descentralizados neste exercício, e isto ocorreu, de maneira genérica, com o empenho dos recursos para modalidade Recuperação/Materiais de Construção e com o advento da modificação de alguns artigos da Norma de Execução Nº 79, pela Norma de Execução Nº 86, de dezembro de 2009, que possibilitou a destinação/aplicação do crédito na Modalidade Apoio Mulher para projetos de assentamento criados desde 2000, o que promoveu significativo aumento na quantidade de famílias assentadas no Rio Grande do Norte que puderam acessar mais uma modalidade de crédito. Sendo que o recurso

específico para o Apoio Mulher só deverá estar efetivamente aplicado durante o exercício 2010.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
25.110	677.874,69	673.931,85	99%	670.801,74	99%	670.801,74	100%

Fonte: SIAFI

Os recursos vislumbrados neste item foram destinados ao pagamento de diárias a servidores (desta Autarquia e órgãos da administração pública que contribuíram para a aplicação do crédito instalação), de passagens aéreas (para o deslocamento de servidores a outros Estados), pagamento de aluguel de veículos, manutenção de viaturas, dentre outras despesas administrativas, todas no sentido de viabilizar a ida a campo dos servidores lotados no Programa de Crédito Instalação, para junto com as famílias assentadas, proceder a correta destinação do crédito, oferecendo as condições necessárias, pelo menos inicialmente, a instalação das famílias nos projetos de assentamento do INCRA/RN, a exemplo da aquisição de materiais de construção para a elevação das residências nos assentamentos mais novos/recentemente criados, concessão de cestas básicas e implementos agrícolas (equipamentos, arame, carros-de-boi, animais, etc.), construção de obras que amenizem a situação de escassez de água comum nos PA's incrustados em regiões semi-áridas, recuperação das residências com estrutura comprometida com melhorias diversas visando propiciar

uma melhor qualidade de vida as famílias assentadas, desenvolver e/ou fomentar a organização das mulheres assentadas na questão produtiva, resolução de problemas diversos que cotidianamente se constituem nas áreas de assentamento sob responsabilidade desta Divisão de Desenvolvimento.

Com a distribuição das equipes de aplicação do crédito dentro da lógica de territórios foi possível otimizar a utilização de recursos na realização de uma maior quantidade de serviços por deslocamento por cada servidor, bem como na resolução de problemas dentro de cada região.

Com base no trabalho desenvolvido por estes servidores em campo foi possível reduzir o passivo de recursos que se encontrava nas contas das Associações de exercícios anteriores e comprometer praticamente todo o recurso recebido por esta Divisão no presente exercício de 2009.

2.3.3. - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da Superintendência Regional: João Maria Câmara Bezerra.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 - Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos

- SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição:

- a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);
- b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;
- c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;
- d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;
- e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;
- f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e
- g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	125	A	3	Imóvel Gerenciado	1367	2642	0	193,27%

Fonte: SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
12.302,00	39.509,42	35.685,89	90%	34.685,89	97%	34.685,89	100%

Fonte: SIAFI

A ação de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, que tem por finalidade auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária.

A organização do cadastro de imóveis de particulares e públicos foi realizada em sua plenitude, com o alcance da meta física com um quociente de 193,27% da meta prevista e realizada. Nesta ação, além da análise dos dados físicos e literais, auferimos qualidade e funcionalidade à estrutura fundiária com certificações dos imóveis para fins de registro imobiliário, controle de aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, inclusive identificação de imóveis passíveis de reforma agrária.

Para o cumprimento de tais objetivos, foi utilizada toda a Rede Nacional de Cadastro Rural, cumprindo rotina de trabalho e manuais, realizando e recebendo capacitação a servidores que desempenham tarefas operacionais no sistema anteriormente citado, foi fornecido, ainda, material padronizado (formulários, manuais, etc) e prestação de orientação permanente às unidades municipais de cadastro.

A Rede Nacional de Cadastro é composta pelas entidades abaixo descritas:

1. Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário – Órgão Central;
2. Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – Superintendência Regionais;
3. Unidades Municipais de Cadastro – UMC's.

Com o alcance da meta estabelecida, contribuímos para alcançar parâmetros ainda não atingidos no cadastro de imóveis rurais do Estado do Rio Grande do Norte, cadastrando efetivamente em mais de 70% da superfície territorial do Estado do Rio Grande do Norte.

O bom desempenho dessa ação ocorreu com a estratégia de trabalho bem sucedida, embasada em relações pessoais amistosas entre os servidores desta seção e as unidades municipais de cadastro e, ainda o incremento no acervo de informática.

Para o alcance do resultado satisfatório, é importante ressaltar as parcerias realizadas com as Prefeituras Municipais do Estado, através de Termo de Cooperação Técnica – TCT, firmados junto a esta Superintendência Regional, bem como, o incremento nas relações pessoais existentes entre os servidores lotados no Serviço de Cadastro Rural desta Superintendência Regional e as unidades municipais de cadastro.

Salienta-se que a qualidade das informações cadastrais são geridas para permitir o conhecimento da malha fundiária com funcionalidade do uso e da ocupação dos solos.

Os trabalhos foram realizados de forma ininterrupta – desde o primeiro dia do ano ao último dia útil do exercício, sempre com zelo e dedicação da equipe, resultando em um menor tempo de resposta aos usuários dos serviços.

Apesar do sucesso obtido na superação das metas, um público maior poderia ter sido alcançado se houvesse disponibilidade de recursos financeiros adequados à demanda, pois seria efetuada também toda a manutenção das unidades municipais de cadastro – umc's, com treinamento e orientação permanente.

2.3.3.2 - Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando à construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A	4	Sistema de Cadastro Mantido	0	0	0	0

Fonte: SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0		0		0	

Fonte: SIAFI

Esta Superintendência Regional não executa a Ação 2114, motivo este não haver metas previstas ou realizadas, bem como nenhum tipo descentralização orçamentária.

2.3.3.3 - Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados

espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Edaldo Gomes.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área medida e Georreferenciada	0	196.569,718	188.569,8000	-

Fonte: Decreto 6.808/2009 e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Apesar de não haver meta prevista na Programação Operacional 2009, esta Superintendência Regional desenvolveu atividades que possibilitaram melhorar a qualidade das informações cadastrais, o que justifica a inclusão como meta realizada e, ampliando a área que irá integrar as informações georreferenciadas junto aos serviços de registros de imóveis e demais entes públicos.

Estas metas se justificam pela importância do seu significado na identificação dos limites dos imóveis rurais, localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, com levantamento de campo através de GPS, melhorando a consistência das informações cadastrais. Essa melhoria da qualidade e consistência do cadastro rural ocorreu através do fluxo desses processos entre os serviços/seções – cadastro rural, cartografia e comitê de certificação – no interior da Superintendência Regional.

As atividades desenvolvidas no ano em exercício ocorreram através de convênios

celebrados entre esta Superintendência Regional com o Órgão de Terras do Estado do Rio Grande do Norte, em exercícios anteriores (2003, 2004 e 2007), objetivando o georreferenciamento e cadastramento dos imóveis rurais dos municípios de Touros e Pureza; os municípios cortados pelo Canal de Transposição do Rio São Francisco e, ainda toda a bacia hidrográfica dos Rio Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró.

2.3.3.4 - Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área regularizada	0	96.483,1000	160.000,0000	-

Fonte: SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	-

Fonte: SIAFI

A ação de Regularização Fundiária objetiva regularizar o domínio da terra junto ao posseiro detentor que não possui o título da terra. Com a situação jurídica resolvida o posseiro se habilita aos programas sociais do governo federal, estadual e municipal, significado uma grande conquista para esse beneficiário.

No estado do Rio Grande do Norte há quase trinta anos que não se cogitava nesse tipo de inclusão social, a partir do ano de 2003, a Superintendência Regional do Rio Grande do

Norte em conjunto com a Secretaria de Estado de Apoio a Reforma Agrária-SEARA, Órgão de Terra do Estado do Rio Grande do Norte, vem modificando este cenário.

Com marco inicial no ano de 2003, esta Superintendência Regional e SEARA, firmaram convênios, cujo objetivo é o georreferenciamento, atualização cadastral de imóveis rurais e, ainda, a regularização com entrega dos títulos aos seus legítimos detentores.

Com esta ação foi possível a entrega de títulos nos municípios de Touros e Pureza, metas físicas estas cumpridas com recursos inscritos em restos a pagar.

2.3.3.5 - Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	4	Área com processo impetrada	0	0	0	0

Fonte: SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0		0	0

Fonte: SIAFI

Regional

A Superintendência Regional do Rio Grande do Norte não desenvolve esta ação.

2.3.3.6 - Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	4	Área diagnosticada destinada	0	0	0	0

Fonte: SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

A Superintendência Regional do Rio Grande do Norte não desenvolve esta ação.

2.3.3.7 - Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de

imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Richard Martins Torsiano.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
3.900,00	17.628,00	17.628,00	100%	14.628,00	83%	13.765,49	78%

Fonte: SIAFI

A provisão recebida por esta Superintendência Regional foi de R\$ 17.628,00 (dezessete mil, seiscentos e vinte e oito reais) sendo efetivamente gasto o valor de R\$ 14.628,00 (quatorze mil, seiscentos e vinte e oito reais), que compõe 78% do que efetivamente foi disponibilizado.

Os recursos descentralizados foram executados com despesas administrativas, manutenção da sede, aluguel e manutenção de veículos.

2.3.4 - Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Daniel Maia.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Jose Maria da Silva Júnior.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	128	A	3	Servidor Capacitado	61	34	0	55%

Fonte: SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
15.192	49.791,19	49.654,57	100%	23.336,06	47%	23.336,06	47%

Fonte: SIAFI

Para a ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, as ações de capacitação seguem as diretrizes estabelecidas pelo Decreto 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, o qual instituiu as bases para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal, autárquica e fundacional, e trouxe como novidade o modelo de Gestão por Competências.

No citado Decreto, a metodologia de Gestão por Competência é definida como “gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos,

habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição.”

Na Superintendência Regional do Rio Grande do Norte está sendo implementado no sentido de desenvolver as competências mapeadas e constantes do Plano Nacional de Capacitação – PNC 2008-2011, visando o aperfeiçoamento contínuo dos servidores em suas respectivas áreas de atuação, observando as prioridades determinadas pelas divisões responsáveis pela implementação dos programas a serem desenvolvidos a nível regional por esta Superintendência.

Como resultado expressivo desta ação, houve a oportunidade de capacitar 34 (trinta e quatro) servidores, com o 1.040 (um mil e quarenta) horas-aula, isto refere-se a número de vagas disponibilizadas em eventos de capacitação: cursos presenciais e seminários. Portanto, por este entendimento, um mesmo servidor pode ter participado de mais de um evento de capacitação no ano de 2009.

Atendendo a uma demanda expressa desta Superintendência Regional, houve a capacitação de 07 (sete) servidores no Curso de Georreferenciamento de Imóveis Rurais, com carga-horária de 360 horas aula, ministrado pela CPE Equipamentos Topográficos Ltda.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da S. Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Mário Moacir de Almeida.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 - Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária.

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b)

apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família Acampada Assistida	366	19.927	0	5.444,54%

Fonte: SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
41.000,00	147.306,33	135.274,49	92%	127.882,42	87%	127.882,42	87%

Fonte: SIAFI

Para execução desta ação foi estabelecido o montante de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais), tendo sido disponibilizado R\$ 147.306,33 (cento e quarenta e sete mil trezentos e seis reais e trinta e três centavos), e empenhado 92%, e foi efetivamente pago R\$ 127.882,42 (cento e vinte e sete mil oitocentos e oitenta e dois reais e quarenta e dois centavos), restando apenas R\$ 12.031,84 (doze mil e trinta e um reais e oitenta e quatro centavos) em restos a pagar.

No ano de 2009, trimestralmente foram atendidas cerca de 3.380 (três mil trezentos e oitenta) famílias acampadas no interior do estado do Rio Grande do Norte, onde foram distribuídas quatro cestas de alimentos por família no decorrer do ano em questão.

Apesar da meta a ser atendida no estado ser de apenas de 366 (trezentos sessenta e seis) famílias, foram assistidas 19.927 famílias com a distribuição de cestas básicas, famílias estas pertencentes a vários movimentos sociais, entre eles os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Movimentos dos Sem Terras e suas subdivisões, que atuam em todo estado.

Considerando unicamente as famílias já cadastradas superamos a meta para nós exigida, porém é relevante pontuar que este número de famílias vem crescendo a cada ano, o que demanda maior quantidade de cestas disponíveis para atender a todos.

Porém, a superação da meta só ocorreu após a aquisição de um caminhão tipo baú, que possibilitou maior distribuição de cestas em um menor espaço de tempo, otimizando assim o

processo de distribuição, pois houve economia nos procedimentos anteriormente executados, bem como salientamos, também, a parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB/Natal, onde os produtos são faturados para depois serem distribuídos por esta Superintendência Regional, que executa a ação diretamente.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Alexandro da Anunciação Reis.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Thiago Leite de Barros.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 - Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	P	3	Comunidade titulada	4	0	4	0%

Fonte: SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
	27.500,00	27.439,94	100%	24.620,05	90%	24.620,05	90%

Fonte: SIAFI

A meta desta Ação em 2009 consistia em titular 4 (quatro) comunidades. No entanto, os procedimentos burocráticos na realização dos procedimentos anteriores a essas titulações impossibilitaram a concretização da meta.

As atividades destas atividades encontram-se assim estabelecidos, considerando os territórios mais próximos da titulação:

- Jatobá, município de Patu/RN encontra-se com Decreto Desapropriatório publicado;
- Acauã, município de Poço Branco/RN, encontra-se com a Portaria de Reconhecimento (o Decreto não foi publicado);
- Boa Vista dos Negros, município de Parelhas/RN, encontra-se com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado, e
- Capoeiras, município de Macaíba/RN, encontra-se na iminência de publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

Ou seja, apesar de todos os esforços empreendidos por esta Superintendência Regional, nenhuma das comunidades chegou à etapa em que ocorre a desintrusão dos imóveis, fase obrigatória para a realização da titulação.

Assim, as principais realizações nesta Ação em 2009 consistiram na publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da Comunidade Quilombola de Boa Vista dos Negros e na publicação do Decreto Desapropriatório do Território Quilombola de Jatobá.

A publicação do Decreto Desapropriatório do território de Acauã encontra-se aguardando a execução da recomendação da Coordenação Geral Agrária para que a Fazenda Maringá, que faz parte do Perímetro do Território Quilombola, seja excluída do Decreto, por estar em litígio. Tal recomendação só pôde ser atendida em 2010.

A Portaria de Reconhecimento do Território de Boa Vista dos Negros, da qual depende o Decreto Desapropriatório, não pôde ser encaminhada em 2009, pois o prazo de contestações após a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) deve ser respeitado - 90 dias, bem como o prazo para recursos após o julgamento daqueles - 30 dias.,

publicação ocorrida em 08 de maio de 2009.

É preciso relatar que houve considerável demora por parte do Cartório de Macaíba/RN para emitir as informações fundiárias necessárias à conclusão do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) de Capoeiras.

Além dos entraves já relatados, a quantidade de outras atividades, todas concentradas nas mãos do único gestor/antropólogo lotado nesta Superintendência Regional, dificultou a conclusão do Parecer Técnico do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) de Capoeiras.

Entre essas atividades merecem ser citadas:

- a) As discussões com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) para a elaboração de um Termo de Cooperação com a Universidade;
- b) O acompanhamento da ação judicial contra o INCRA movida pelo proprietário de um dos imóveis no território de Acauã, inclusive com o deslocamento deste profissional a Recife junto a representantes da comunidade e seu advogado;
- c) A elaboração de respostas a entidades como o Ministério Público Federal (em Natal e em Caicó), Prefeitura de Parelhas/RN sobre processos existentes nesta Superintendência Regional;
- d) As reuniões realizadas na Comunidade Quilombola do Sítio Grossos, município de Bom Jesus/RN, que solicitaram esclarecimentos sobre a regularização de territórios quilombolas e a abertura do seu respectivo processo.

Os recursos financeiros foram suficientes para a execução da Ação. Porém, como exposto acima, os recursos humanos ainda são deficientes. Serviços como pesquisa cartorial (Capoeiras, por exemplo) e elaboração de plantas e memoriais descritivos (Macambira, por exemplo) só puderam ser realizados após a solicitação aos setores competentes (Cadastro e Cartografia, respectivamente). Mas o fato de só haver 1 (um) servidor efetivo no Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas concentra as atividades de acompanhamento em campo (reuniões nas comunidades), atendimento ao público na Superintendência Regional, comunicação de informações solicitadas, tanto pelos setores internos quanto externos.

Ademais, como o gestor do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas é habilitado em Antropologia, esperar-se-ia que lhe fosse atribuída a tarefa de elaborar Relatórios Antropológicos das Comunidades Quilombolas em processo de regularização territorial, mas os trabalhos administrativos exigem sua permanência na Superintendência Regional durante a maior parte do tempo. Os trabalhos antropológicos têm sido feitos, desde de 2005, por antropólogos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, que, junto à Fundação Norte-riograndense de Pesquisa e Cultura (Funpec) firmou com o INCRA, através de 2 (dois) convênios, o primeiro no ano em 2005 com a execução de três Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) e o segundo em 2006 com três Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

No ano de 2009, não foi possível estabelecer um terceiro convênio com a Fundação Norte-riograndense de Pesquisa e Cultura (Funpec), devido à pendência das prestações de conta dos convênios anteriores, e tentamos consolidar um Termo de Cooperação (antigo Destaque Orçamentário). Esta consolidação depende da resolução de entraves jurídicos, o que está sendo feito pela Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ).

É preciso enfatizar a existência de um notebook e um GPS disponibilizados para este

Serviço pela Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ), e que estão ociosos devido à falta de trabalhos de campo. Eles poderiam ser utilizados pelo antropólogo desta Superintendência Regional para a elaboração de Relatórios Antropológicos se houvesse mais servidores lotados no Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas.

Destarte, os recursos financeiros que somam R\$ 27.439,94 (vinte sete mil, quatrocentos trinta e nove reais e noventa e quatro centavos) foram utilizados em diárias para elaboração de planta e memorial descritivo da Comunidade Quilombola de Macambira; reuniões na Comunidade do Sítio Grossos e na Comunidade de Macambira; notificação do proprietário de um imóvel incidente no Território de Boa Vista dos Negros; passagens para Brasília; publicação de Edital (extrato de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) de Boa Vista dos Negros), bem cópias do mesmo com vistas aos órgãos do governo federal e estadual previstos na IN 57/2009.

Em suma, a meta física não foi literalmente alcançada. No entanto, houve muitas ações realizadas no âmbito da Regularização de Territórios Quilombolas, com o gradual avanço de cada processo administrativo correspondente a cada Comunidade Quilombola atendido por esta Superintendência Regional, rumo à resultante titulação. No entanto, os procedimentos de cada um desses processos poderiam estar mais adiantados se:

- a) Houvesse mais de 1 (um) servidor efetivo no Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas;
- b) Os procedimento de Regularização de Territórios Quilombolas ainda não estivessem tão embrionários em sua concepção;
- c) Houvesse menos dificuldades jurídico-burocráticas na celebração de convênios e outras modalidades de cooperação com outras instituições, que permitisse a elaboração de mais Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação RTID's.

2.3.6.2 - Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010	Percentual da Meta realizada
-----------------------	--------------------------	-----------------------------	---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------------	-----------------------------------	---	---

		(c)			(f)		(h)	(i = g/f)
21	631	OP	4	Área Indenizada	0	0	0	0

Fonte: SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0		0	0

Fonte: SIAFI

Esta ação não é desenvolvida pela Superintendência Regional do Rio Grande do Norte. Não havendo portando metas a serem alcançadas, bem como qualquer tipo de execução financeiro-orçamentária desenvolvida nesta ação.

2.3.7 - Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Adriano Charles da Silva Cruz

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	366	A	4	Trabalhador Rural Escolarizado	0	0	0	0

Fonte: SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Esta Superintendência Regional do Rio Grande do Norte não desenvolve esta ação.

2.3.7.2 - Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e

condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	4	Profissional capacitado	0	0	0	0

Fonte: SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

A Superintendência Regional do Rio Grande do Norte não executa esta ação.

2.3.7.3 - Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos.

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	3	Profissional formado	0	0	222	---

Fonte: SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	545.158,00	545.158,00	100%	545.158,00	100%	545.158,00	100%

Fonte: SIAFI

Esta ação destina-se a garantir a formação profissional para qualificar os sujeitos e disponibilizar, em cada área de Reforma Agrária, recursos humanos capacitados que contribuam para o desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável.

As metodologias de ensino utilizadas se desenvolvem por meio de alternância - tempo escola e tempo comunidade, como forma de articular os saberes apreendidos na escola e os saberes desenvolvidos nos Projetos de Assentamento em que os alunos moram.

Como é passível de se verificar no primeiro quadro apresentado, a execução física esta ação no ano de 2009 encontra-se zerada. Tal situação encontra justificativa na determinação da Diretoria Nacional, por intermédio de parecer da Procuradoria Jurídica/nº 031/2008, de 14/02/2008, o qual recomendava a suspensão de repasse que tenha por objeto o pagamento de bolsas de ensino, pesquisa e extensão a servidores públicos até que haja orientação uniforme sobre a matéria. Tal decisão seguia recomendação expressa da Consultoria Jurídica do MEC Nº 740/2007.

Na sequência, em 30 de maio de 2008, o INCRA, através de sua Direção Nacional, edita a Norma de Execução Nº 73, que regulamenta as alterações na operacionalização do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Em seu artigo 5º, afirma: *“Fica suspenso qualquer pagamento de bolsa com recursos do Programa até que se tenha orientação unânime sobre a matéria”*.

Neste contexto os convênios celebrados por esta Superintendência Regional - abaixo elencados - resultaram paralisados, vez que não se vislumbrara, de imediato, forma diferenciada de remuneração dos professores e alunos monitores afetos aos mesmos que não através de bolsas.

1. Superintendência Regional do Rio Grande do Norte e Fundação Norte-Riograndense de Pesquisa e Cultura/FUNPEC, tendo como objeto a formação de 42 (quarenta e dois) alunos/as trabalhares/as rurais assentados em Projetos de Assentamentos do Rio Grande do Norte em Técnico de Enfermagem, data da assinatura 27/12/2005;
2. Superintendência Regional do Rio Grande do Norte e Universidade Estadual do Rio Grande do Norte/UERN, tendo como objeto a realização do Curso de Graduação de Pedagogia, Licenciatura Plena com habilitação para o magistério das séries iniciais para 120 (cento e vinte) alunos/as trabalhares/as rurais assentados em Projetos de Assentamentos do Rio Grande do Norte, data da assinatura 29/12/2005;
3. Superintendência Regional do Rio Grande do Norte e Universidade Estadual do Rio Grande do Norte/UERN, tendo como objeto a realização do Curso de Graduação de Pedagogia, Licenciatura Plena com habilitação para o magistério das séries iniciais para 60 (sessenta) alunos/as trabalhares/as rurais assentados em Projetos de Assentamentos do Rio Grande do Norte, data da assinatura 30/12/2005;
4. Superintendência Regional do Rio Grande do Norte e Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, tendo como objeto a realização do Curso de

Graduação de Pedagogia, Licenciatura Plena com habilitação para o magistério das séries iniciais para 60 (sessenta) alunos/as trabalhares/as rurais assentados em Projetos de Assentamentos do Rio Grande do Norte, data da assinatura 26/12/2006;

Várias tentativas foram empreendidas pela Direção do INCRA/MDA no âmbito nacional com vista à solução do entrave. Dentre elas, cito uma empreendida no primeiro semestre de 2009, junto ao Congresso Nacional, via emenda à Medida Provisória Nº 455, que instituía o PRONERA, bem como a concessão de bolsas a professores com vínculo com a Administração Pública e a estudantes que desempenhasse a função de monitores. A Lei que instituía o PRONERA fora aprovada, contudo sem a aceitação do artigo que regulamentava a possibilidade de pagamento de bolsas.

Em nenhum momento, mesmo sabedor de que se tratava de um problema que afeta ao PRONERA em âmbito Nacional, a Superintendência Regional do Rio Grande do Norte deixou de medir esforços para, junto com as instituições parceiras, estudantes e movimentos sociais envolvidos, estudar alternativas que resultassem na retomada de convênios e, por conseguinte, dos cursos.

Uma vez encontrado o meio de retomada dos convênios, a Superintendência Regional determinou à Conveniente – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte que apresentasse propostas de repactuação dos planos de trabalho, com as devidas alterações nos cronogramas de desembolso, prevendo forma distinta de contratação e remuneração dos professores que ministrariam as aulas faltantes, de forma que o marco regulatório acima especificado não fosse desrespeitado.

Uma vez apresentadas as propostas de repactuação, as mesmas foram analisadas pelo Corpo Técnico e pela Procuradoria Federal Especializada junto a esta Superintendência Regional, uma vez aprovadas, foi providenciada a assinatura e publicação dos termos aditivos de repactuação.

Dessa forma os convênios com a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte/UERN foram retomados no segundo semestre de 2009, bem como o convênio com Fundação Norte-Riograndense de Pesquisa e Cultura/FUNPEC- Técnico de Enfermagem, os quais terão seus objetos/metaplanamente cumpridos no ano de 2010.

2.3.7.4 - Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
15.000,00	21.078,30	21.078,30	100%	21.078,30	100%	21.078,30	100%

Fonte: SIAFI

O centro de custo deste programa foi utilizado integralmente com diárias do assegurador dos convênios para participar das reuniões de estudos afetas a problemática anteriormente descrita, bem como contribuiu com a manutenção das despesas administrativas da Superintendência Regional do Rio Grande do Norte.

2.3.8 - Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Adoniram Sanches Peraci.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Dalvanir Avelino da Silva.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 - Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento

(PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Superintendência Regional

Execução Física das ações realizadas pela Superintendência Regional

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	606	A	3	Família Assistida	15.972	0	8.672	0%

Fonte: SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
12.075.034,00	6.853.103,75	6.853.103,75	100%	563.055,70	8%	563.055,70	8%

Fonte: SIAFI

No intuito de contratar empresas para a prestação dos serviços de ATES (Assistência Técnica, Social e Ambiental a projetos de assentamento de reforma agrária) nos projetos de assentamento do Rio Grande do Norte esta Superintendência Regional ofereceu por meio da realização de 02 (dois) procedimentos licitatórios (abril e novembro), na modalidade concorrência, 22 (vinte e dois) “lotes” de projetos de assentamento dos quais se dispunha de recursos, para as empresas que tivessem interesse.

Como resultado do primeiro processo licitatório foram contratadas 05 (cinco) empresas para a prestação dos serviços em 10 (dez) lotes, onde passaram a atender 5.281 (cinco mil e duzentas e oitenta e uma) famílias, sendo este serviço inicializado em agosto de 2009. Com o segundo processo foi possível contratar empresas para a prestação dos serviços de ATES para mais 03 (três) lotes, beneficiando 1.742 (um mil e setecentos e quarenta e dois) famílias, sendo que devido a contratação haver se dado apenas em dezembro de 2009, sua execução se dará a partir de janeiro de 2010.

Com base nos dados acima informados, somados ainda aos 03 (três) lotes contratados no final do exercício de 2008, com execução dada em boa parte no atual exercício, que atendeu 1.649 (um mil e seiscentas e quarenta e nove) famílias, chega-se que, durante o exercício de 2009 esta Superintendência Regional atendeu 8.672 (oito mil e seiscentos e setenta e duas) famílias, conforme discriminadas nas tabelas abaixo:

LOTE 04 – 1º CONTRATO – EXERCÍCIO 2008

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO (RN)	Nº DE FAMÍLIAS	PLANO
07 de junho	Bento Fernandes	8	-
Aldemir Lemos	Bento Fernandes	30	-
Barreto	Bento Fernandes	12	-
Canadá	Bento Fernandes	60	PRA
Espinheiro	Bento Fernandes	82	PRA
Lagoa Nova I	Riachuelo	240	-
Lagoa Nova II	Ielmo Marinho	60	-
Liberdade	Bento Fernandes	25	-
Madalena	Bento Fernandes	30	-
Nossa Senhora da Piedade	Poço Branco	25	PRA
Santa Luzia II	Poço Branco	20	PRA
Santa Maria II	São Paulo do Potengi	15	PRA
Santa Tereza	Bento Fernandes	21	-
Surubim	Poço Branco	45	PRA
Uberlândia	Poço Branco	20	-

LOTE 05 – 1º CONTRATO – EXERCÍCIO 2008

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO (RN)	Nº DE FAMÍLIAS	PLANO
Águas Vivas	Ceará-Mirim	44	PRA

Lagoa do Sal	Touros	13	-
Nova Esperança II	Ceará – Mirim	104	-
Riachão II	Ceará – Mirim	97	-
São José de Maxaranguape	Maxaranguape	38	-
São José/Pedregulho	Ceará – Mirim	100	-
São Sebastião II	Touros	23	PRA
Vale Verde	Maxaranguape	38	-
Zumbi/Rio do Fogo	Rio do Fogo	72	-

LOTE 08 – 1º CONTRATO – EXERCÍCIO 2008

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO (RN)	Nº DE FAMÍLIAS	PLANO
Lageado	João Câmara	41	-
Chico Santana	Pureza	43	PDA
Laginha	João Câmara	10	-
Maria da Paz	João Câmara	45	-
Modelo	João Câmara	153	-
Nova Aliança	Poço Branco	52	PDA
São Luiz	Pureza	23	-
Taboleiro do Barreto	Taipu	60	PRA

LOTE 01 – 2º CONTRATO – EXERCÍCIO 2009

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO (RN)	Nº DE FAMÍLIAS	PLANO
Alto Colina	Santa Cruz	28	PRA
Barbaço	Japi	211	-
Casinhas	Japi	83	-
José Rodrigues Sobrinho	Nova Cruz	60	-
Mata Verde	Espírito Santo	28	-
Pedra de São Pedro	Sítio Novo	51	PDA
Potengi	Lagoa de Velhos	240	PRA
Ronda	Tangará	102	-
Santa Rita	Santa Cruz	30	PRA
Timbó	Espírito Santo	28	-
Três Corações	Serra Caiada	130	-
Três Voltas	Tangará	80	PRA
Uirapuru	São José do Campestre	54	-

LOTE 02 – 2º CONTRATO – EXERCÍCIO 2009

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO (RN)	Nº DE FAMÍLIAS	PLANO
Caracaxá	Macaíba	60	-
Eldorado de Carajás	Macaíba	80	-
Gonçalo Soares	São José de Mipibú	44	-
José Coelho da Silva	Macaíba	70	-
Passagem do Juazeiro	Serra Caiada	191	-
Patativa do Assaré II	Riachuelo	30	PDA
Pedra Branca	São Paulo do Potengi	39	-
Quilombo dos Palmares	Macaíba	47	PDA
União	Barcelona	29	-
Vale do Lório	São José do Mipibú	62	PRA
Zumbi dos Palmares	Macaíba	12	-
Margarida Alves	Macaíba	80	-

LOTE 05 – 2º CONTRATO – EXERCÍCIO 2009

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO (RN)	Nº DE FAMÍLIAS	PLANO
Arizona	Touros	180	-
Boa Esperança	São Miguel do Gostoso	50	-
Ouro Branco	São Miguel do Gostoso	23	-
Santa Fé	São Miguel do Gostoso	41	-
Zabelê	Touros	337	-

LOTE 06 – 2º CONTRATO – EXERCÍCIO 2009

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO (RN)	Nº DE FAMÍLIAS	PLANO
1º de Julho	Parazinho	30	-
Amazonas	Parazinho	23	-
Baixa do Novilho	João Câmara	60	PRA
Boa Sorte	João Câmara	51	-
Bom Trabalho	Parazinho	40	-
Marajó	João Câmara	52	-
Santa Luzia III	João Câmara	26	PDA
Santa Terezinha	João Câmara	102	-
São Francisco II	Parazinho	23	-
Serra Verde	João Câmara	42	-
Vivará	João Câmara	60	-
Xoá	João Câmara	66	-

LOTE 07 – 2º CONTRATO – EXERCÍCIO 2009

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO (RN)	Nº DE FAMÍLIAS	PLANO
25 de Julho	São Bento do Norte	100	PRA
Baixa da Quixaba	São Bento do Norte	63	-
Boca de Campo	Pedra Grande	55	-
Caju Nordeste	São Bento do Norte	40	-
Nova Olinda	Caiçara do Norte	161	PDA
Pirangi	Galinhas	104	-

Santa Vitória	São Bento do Norte	69	-
São Miguel	São Bento do Norte	65	-

LOTE 17 – 2º CONTRATO – EXERCÍCIO 2009

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO (RN)	Nº DE FAMÍLIAS	PLANO
1º de Maio	Caraúbas	65	PRA
8 de Março	Caraúbas	32	PRA
Bom Futuro	Campo Grande	35	-
Esperança	Upanema	76	-
José Sotero da Silva	Caraúbas	30	PDA
Monte Alegre	Gov. Dix Sept Rosado	106	-
Osmar Vicente da Costa	Gov. Dix Sept Rosado	44	-
Padre Pedro Neefs	Upanema	37	PDA
Ronaldo Valença	Campo Grande	47	PDA
Sabiá	Upanema	65	-
São Manoel	Upanema	65	-
São Sebastião III	Upanema	65	-
Sombreiro	Upanema	65	-
Terra de Esperança	Gov. Dix Sept Rosado	113	PDA
Terra Nova	Gov. Dix Sept Rosado	18	PRA
Maravilha	Caraúbas	38	PRA
09 de outubro	Caraúbas	40	PDA

LOTE 19 – 2º CONTRATO – EXERCÍCIO 2009

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO (RN)	Nº DE FAMÍLIAS	PLANO
Boa Fé	Mossoró	40	-
Cabelo de Negro	Mossoró	96	-
Fazenda Nova	Mossoró	80	-

Independência	Mossoró	38	-
Jurema	Mossoró	85	-
Lagoa do Xavier	Mossoró	41	-
Recanto da esperança	Mossoró	80	PDA
Santa Elza	Mossoró	22	PRA
São José	Mossoró	24	-
Cheiro da Terra	Baraúna	45	PDA
Solidão	Mossoró	20	-
Terra Nossa	Mossoró	30	PDA
Vingt Rosado	Mossoró	85	-

LOTE 01 – 3º CONTRATO – EXERCÍCIO 2009

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO (RN)	Nº DE FAMÍLIAS	PLANO
Bernardo Marinho	Pureza	47	PDA
Espírito Santo	Ceará-Mirim	130	-
Padre Cícero	Ceará-Mirim	60	-
Primeira Lagoa	Ceará-Mirim	36	-
Resistência Potiguar	Ceará-Mirim	43	PDA
Rosely Nunes	Ielmo Marinho	40	PDA
São Sebastião	Ceará-Mirim	231	PRA

LOTE 02 – 3º CONTRATO – EXERCÍCIO 2009

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO (RN)	Nº DE FAMÍLIAS	PLANO
------------------------------------	---------------------------	---------------------------	--------------

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO (RN)	Nº DE FAMÍLIAS	PLANO
Boa Vista	Lajes	140	-
Bom Jesus	Pedro Avelino	100	-
Santa Inês	Jandaíra	21	PRA
Santa Maria III	Guamaré	70	-
São Pedro	Pedra Preta	150	-
Três de Agosto	Lajes	80	PRA

LOTE 03 – 3º CONTRATO – EXERCÍCIO 2009

Canafistula	Pureza	67	-
Canudos	Touros	41	PDA
Meu Rancho	Pureza	55	-
Paulo Freire III	Pureza	61	PDA
Planalto do Retiro	Touros	70	-
Quilombo dos Palmares	Touros	300	-

Um dos principais problemas verificados nesta Superintendência Regional foi conseguir empresas que tivessem regularizadas e com interesse em prestar os serviços de ATES, por este motivo ainda existem 12 (doze) lotes “desertos”, ou seja, sem empresas contratadas, deixando um contingente de mais de sete mil famílias desassistidas.

Um fator importante que deve ser mencionado, é o de que apesar de no quadro de metas acima constar que não foi realizada ATES para nenhuma família, este serviço constitui-se de natureza continuada, desta forma não houve nenhum contrato concluído no exercício passado, nem mesmo aqueles que foram formalizados em 2008 com vigência inicial de 01 (um) ano, que foram renovados, eis o porquê de no quadro “Meta Realizada” no exercício de 2009 constar o número zero.

Os empenhos liquidados/valores pagos destinaram-se ao pagamento dos serviços executados pelas empresas de ATES no exercício de 2009.

Ainda no sentido de aumentar a abrangência do Programa de ATES, no exercício de 2010, visando ter o maior número de famílias assentadas atendidas por equipes de assistência técnica, aguarda-se a regulamentação da Lei nº 12.111 para a realização da chamada de projetos visando a contratação de empresas para a prestação desses serviços naqueles PA's ainda não assistidos, pois além das dificuldades enfrentadas por esta SR na contratação por meio de licitação,

outro fator que vem travando a execução do Programa é a necessidade de fiscalização em 100% das áreas que até então vem sendo realizada pelos técnicos do INCRA/RN, o que, considerando, a pouca disponibilidade de recursos humanos disponíveis, vem tornando os pagamentos mais morosos.

Ademais, o trabalho que vem sendo desenvolvido pelas equipes em campo têm apresentado benefícios aos projetos de assentamento assistidos, com a realização de capacitações específicas nas suas principais atividades produtivas visando uma melhoria tecnológica, maior organização da comunidade e mobilização social, mais acesso aos Programas de Governo e a execução de projetos diversos.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE.

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
25.110	120.670,62	119.874,12	100%	117.645,75	99%	117.645,75	99%

Fonte: SIAFI

Conforme discriminado acima no quadro de execução financeira-orçamentária, os recursos gastos por esta Divisão de Desenvolvimento nesta ação destinou-se ao pagamento de diárias e deslocamento de servidores (aluguel de viaturas e combustível, além da manutenção) para a fiscalização *in loco* das ações contratadas, verificando junto as comunidades beneficiadas com o Programa de ATES a execução das atividades contratadas pelo INCRA, bem como sempre buscando avaliar qualidade do serviço prestado e se este está contemplando a demanda de cada comunidade, também ocorreram gastos com a compra de passagens aéreas, onde servidores desta casa tiveram a oportunidade de participar de eventos e reuniões, principalmente no INCRA SEDE (Brasília/DF), com o escopo de obterem uma melhor qualificação e para discutir encaminhamentos quanto a execução do Programa de ATES e de outras ações afins a este, a exemplo da pesquisa sobre qualidade de vida produção e renda em projetos de assentamento.

Esta superintendência adota a nomeação de dois fiscais, mediante Ordem de Serviço específica, para a fiscalização de cada contrato de ATES, buscando sempre que possível compor a equipe com profissionais da área das ciências agrárias e sociais, o que possibilita um acompanhamento mais minucioso e técnico das ações que ocorrem em campo. Outra vantagem dessa composição de equipes é que garante-se um acompanhamento mais efetivo, considerando que se um dos técnicos não puder ir a campo por problemas de saúde, exercício de férias ou por estar destacado para a execução de um outro serviço do INCRA não há uma quebra no acompanhamento ou na fiscalização, pois o segundo componente da equipe tem a autonomia de continuar com as ações do processo.

Entretanto, percebe-se que as prestadoras de serviço vêm encontrando certa dificuldade em desenvolver o trabalho em campo pela desmobilização das famílias em alguns assentamentos, principalmente naqueles mais antigos, onde ainda se têm a lógica arcaica de que uma assistência técnica só é efetiva se trás créditos/recursos para serem investidos nos assentamentos, que na sua grande maioria não possuem mais condições de estar acessando financiamentos por encontrarem-se inadimplentes com as instituições financeiras.

Outro problema que também se verifica internamente nesta Superintendência Regional é a demora no pagamento efetivo dos valores devidos às prestadoras de serviço por conta de demora na análise da documentação contábil apresentada pelas empresas, o que, por vezes, gera atrasos nos repasses, prejudicando sobremaneira os técnicos que vêm executando os serviços de campo. Estão sendo buscadas alternativas para dirimir ou, pelo menos, reduzir esse problema pela Superintendência.

2.3.9 -Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Eva Maria de Sousa Sardinha

Responsável pelo programa no âmbito da Superintendência Regional: Jose Maria da Silva Júnior

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
831.538,00	1.549.145,97	1.546.717,28	100%	1.106.609,37	72%	1.105.538,82	72%

Fonte: SIAFI

Os recursos disponibilizados nessa ação priorizaram principalmente os compromissos assumidos pela Autarquia junto aos credores dos contratos de duração continuada, bem como o custeio das despesas operacionais concernentes ao funcionamento da Unidade e de suporte para o desempenho das atividades das áreas finalísticas.

Nesse contexto, os recursos do exercício de 2009 foram aplicados na execução de várias despesas tais como: diárias de servidores, aquisição de materiais de expediente e permanente, aquisição e emprego de outros materiais destinados a manutenção dos bens móveis e imóveis/instalações, passagens para deslocamento dos servidores, prestação dos serviços de manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis, serviços de comunicação em geral, telecomunicações, consumo de água canalizada e energia elétrica, aquisição de gêneros alimentícios, pagamento de taxas em razão do poder de polícia e de obrigações tributárias e contributivas, continuidade das obras de edificação da nova sede administrativa, dentre outros.

Destarte, merecem destaque os gastos com a terceirização do apoio administrativo, técnico e operacional (30%), vigilância ostensiva armada e desarmada (12,53%), limpeza e conservação (7%), e, ainda, com telecomunicações (11%), consumo de energia elétrica (6,8%), obras em andamento (7,11%), e também quitação de obrigações oriundas de exercícios anteriores (4,9%).

Os gastos acima destacados foram decorrentes da existência de 5 (cinco) contratos administrativos de terceirização de mão de obra, compreendendo um total geral de 37 (trinta e sete) pessoas, assim discriminados: 1 (um) analista sênior, 1 (um) técnico de manutenção de hardware, 1 (um) administrador de redes, 5 (cinco) operadores de internet, 12 (doze) operadores de micro, 9 (nove) vigilantes, 5 (cinco) auxiliares de serviços gerais; 4 (quatro) contratos celebrados no âmbito das telecomunicações, sendo dois de telefonia fixa (longa e curta distância) e dois de telefonia móvel (longa e curta distância); um contrato para fornecimento de energia elétrica nos três prédios de propriedade desta Regional; o contrato de construção da nova sede e, ainda, a quitação de dívidas referentes a taxa de limpeza pública dos três imóveis de propriedade dessa SR-19, relativamente aos exercícios anteriores.

Por fim, cumpre informar que durante todo o exercício de 2009 tivemos bastante dificuldade para quitação dos compromissos assumidos, haja vista a descentralização tardia dos recursos tanto orçamentários como financeiros, ocasionando transtornos operacionais e descrédito junto aos contratantes.

2.3.9.1 Ação 2003 - Ações de Informática

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação: Atividades.

Finalidade: Dotar com infra-estrutura, ações e suprimentos de informática, oferecendo aporte técnico e material para as atividades administrativas da Superintendência.

Descrição: Recursos destinados à aquisição de equipamentos, tais como computadores, notebooks e suprimentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Francisco Marcelo Marques Lima.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela Superintendência Regional

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
8.000,00	41.387,52	41.387,52	100%	1.881,00	4%	1.881,00	4%

Fonte: SIAFI

A Superintendência Regional do Rio Grande do Norte – SR/19 ao longo do exercício de 2009 conseguiu através de aquisições nacionais e locais renovar 80% do parque tecnológico, obtendo avanços significativos em alguns setores – cadastro e sala da cidadania - com a implantação de softwares gerencial e administrativo desenvolvidos para agilizar com qualidade o atendimento ao usuário, seja ele beneficiário ou não da Política de Reforma Agrária. Agilizou-se a implantação de resultados das demandas favorecendo assim acompanhamento e controle das atividades pelo Gestor e demais interessados nas operações internas dos setores já citados.

No ano de 2009, foi implantado com êxito o Sistema de Vídeo Conferência adquirido para todas regionais pela Sede - Brasília, sistema este que tem como objetivo facilitar a interação entre a Sede e regionais, proporcionando discussões, debates e treinamentos online.

Outro desafio sobre estão ação, diz respeito ao projeto lógico e elétrico da nova sede – em fase final de construção.

A discussão que esteve presente durante o desenvolvimento das Ações de Informática é a pertinente ao crescimento computacional desta Superintendência Regional, tendo como viés a precária estrutura lógica e elétrica, que por não ter sido projetada para demanda computacional atual apresenta falhas, porém em virtude da eminente mudança para nova sede não justificaria um gasto com dois projetos em um mesmo exercício.

Foram contratados 20 (vinte) funcionários terceirizados para suprirem a demanda nas

áreas de operadores de micro, técnico de hardware, Administrador de rede e Analista de Sistemas, sendo estes três últimos para compor o Núcleo de Tecnologia da Informação, os demais, 17(dezessete) operadores de micro, estão divididos por setores auxiliando nas atividades tecnológicas para os quais foram contratados.

No exercício de 2009 foram descentralizados para essa regional o valor de R\$ 41.387,52 (quarenta e um mil, trezentos oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), onde foram executados gastos/investimentos com material de consumo e material permanente, valores que foram empenhados, porém não liquidados, por este motivo foram recolhidos, tendo em vista o atraso na execução do layout da nova sede, impedindo assim a definição de pontos, metragem de cabos, posicionamento e demais atividades atinentes à ação.

Importante salientar, que como material permanente, foi adquirido Notebook, impressora laser e jato de tinta, fax e câmeras digitais, que foram empenhados no final de exercício de 2009 e pago no início de 2010 quando da entrega do material-liquidação.

2.4 - Desempenho Operacional

2.4.1. Programação Orçamentária

2.4.1.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias

Não aplicável à Superintendência Regional do Rio Grande do Norte

2.4.1.2 – Programação de Despesas Correntes

Não aplicável à Superintendência Regional do Rio Grande do Norte

2.4.1.3 - Programação de Despesas de Capital

Não aplicável à Superintendência Regional do Rio Grande do Norte

2.4.1.4 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Não aplicável à Superintendência Regional do Rio Grande do Norte

2.4.1.5 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos					

	Recebidos	373001	492010927200890181	2.384,22	-	-
			492012112201352272	-	-	5.247,20
			492012112201372272	-	-	677.874,69
			492012112201382272	-	-	17.628,00
			492012112207502000	-	-	1.289.617,15
			492012112213502272	-	-	21.078,30
			492012112214272272	-	-	120.670,62
			492012112501382105	-	-	39.509,42
			492012112713361642	-	-	27.500,00
			492012112801394572	-	-	49.791,19
			492012118311204284	-	-	2.388,00
			492012136313508370	-	-	545.158,00
			492012160614274470	-	-	6.853.103,75
			492012163101358374	-	-	600.836,09
			492012163101358384	-	-	56.000,00
			492012163101358387	-	-	395.830,00
			4920121631013710YN	-	-	187.908,61
			492012163101372B06	-	-	33.423,00
			492012163101378396	-	-	50.000,00
			492012163101378398	-	-	150.000,00
			492012163111202109	-	-	147.306,33
Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Despesas de Capital						

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos					
	Recebidos	373001	492012112207502000	259.528,82	-	-
			492012112607502003	41.387,52	-	-
			492012163101354460	-	232.751,72	-
			492012163101370427	-	28.144.300,00	-
			4920121631013710YN	431.528,95	-	-
			492012163101372B06	56.480,00	-	-
			492012163101378396	411.084,44	-	-
			492012169101374320	125.403,47	-	-
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: Sistema SIAFI

1 – Valores recebidos por descentralizações de recursos orçamentários mediante provisões, oriundas da Sede do nosso Órgão. Em análise a tais valores, observasse que mais de 80% são destinados a concessão de crédito aos assentados de reforma agrária e para oferecer serviços de assistência técnica aos Assentamentos.

2 – Fatores que constituem entraves da execução orçamentária, a exemplo de exercícios anteriores, é a descentralização das provisões concentradas em sua maioria no final do ano, o que dificulta o cumprimento de todos os trâmites burocráticos e procedimentos atinentes às despesas públicas.

2.4.2 Execução Orçamentária

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela Superintendência Regional por Movimentação

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				

Convite	-	125.403,47	-	125.403,47
Tomada de Preços	779.979,26	359.116,52	779.979,26	359.116,52
Concorrência	1.275.347,04	6.853.103,75	1.275.347,04	6.853.103,75
Pregão	2.141.979,37	1.790.251,79	2.141.979,37	1.790.251,79
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	129.022,10	192.898,17	129.022,10	192.898,17
Inexigibilidade	211.331,28	281.500,02	211.331,28	281.500,02
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	7.990,14	-	7.990,14	-
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	787.305,16	1.206.487,56	787.305,16	1.206.487,56
Outros	38.609.906,28	31.441.210,56	38.609.906,28	31.441.210,56

Fonte: Sistema SIAFI

1 – Predominância da execução direta na modalidade Pregão, destinados a aquisição de material de expediente e contratação de serviços terceirizados, considerados comuns, modalidade esta que comprovadamente é a que gera mais economia para o Setor Público.

2 - Tomada de Preços destinada a contratação de serviços de Assistência Técnica aos Assentados, mediante contratação direta, que desde 2006 vem se mostrando a modalidade mais adequada para tal ação.

3 – Gastos da rubrica outros são referentes a transferências voluntárias na modalidade de convênios para Educação do Campo, Georrefenciamento de Imóveis, Obras de Infra Estrutura e incentivo a produção nos assentamentos, bem assim despesas com a concessão de créditos aos beneficiários da reforma agrária.

4 – Verificasse que em 2008 menos de 0,0002% das despesas realizadas foram na modalidade de suprimento de fundos, sendo que em 2009 não houve despesa nesta modalidade.

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Despesa Empenhada			
Exercícios			
2008		2009	
Grupos de Despesa	Valor	Grupos de Despesa	Valor
1 – Despesas de Pessoal	-	1 – Despesas de Pessoal	2.384,22
1º elemento de despesa	-	08 - Outros Benefícios Assistenciais	2.384,22
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	2 – Juros e Encargos da Dívida	-
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
3- Outras Despesas Correntes	8.037.250,80	3- Outras Despesas Correntes	11.341.019,36
41 - Contribuições	2.543.915,62	39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	7.614.512,63
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	2.507.741,41	14 - Diárias P. Civil	1.262.552,84
37 - Locação de Mão-de-Obra	961.716,00	37 - Locação de Mão-de-Obra	788.283,68
Demais elementos do grupo	2.023.877,77	Demais elementos do grupo	1.675.670,21

Despesa Liquidada			
Exercícios			
2008		2009	
Grupos de Despesa	Valor	Grupos de Despesa	Valor
1 – Despesas de Pessoal	-	1 – Despesas de Pessoal	2.384,22
1º elemento de despesa	-	08 - Outros Benefícios Assistenciais	2.384,22

2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	2 – Juros e Encargos da Dívida	-
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
3- Outras Despesas Correntes	8.037.250,80	3- Outras Despesas Correntes	4.416.865,00
41 - Contribuições	2.543.915,62	14 - Diárias P. Civil	1.262.552,84
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	2.507.741,41	39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1.184.358,52
37 - Locação de Mão-de-Obra	961.716,00	37 - Locação de Mão-de-Obra	576.640,88
Demais elementos do grupo	2.023.877,77	Demais elementos do grupo	1.393.312,76

RP Não Processados			
Exercícios			
2008		2009	
Grupos de Despesa	Valor	Grupos de Despesa	Valor
1 – Despesas de Pessoal	-	1 – Despesas de Pessoal	-
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	2 – Juros e Encargos da Dívida	-
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
3- Outras Despesas Correntes	1.710.163,73	3- Outras Despesas Correntes	6.458.465,72
41 - Contribuições	1.201.678,96	41 - Contribuições	6.135.362,19
39 - Outros Serviços de	451.827,59	39 - Outros Serviços de	187.908,61

Terceiros Pessoa Jurídica		Terceiros Pessoa Jurídica	
37 - Locação de Mão-de-Obra	53.112,38	37 - Locação de Mão-de-Obra	85.565,84
Demais elementos do grupo	3.544,80	Demais elementos do grupo	49.629,08

Valores Pagos			
Exercícios			
2008		2009	
Grupos de Despesa	Valor	Grupos de Despesa	Valor
1 – Despesas de Pessoal	-	1 – Despesas de Pessoal	-
	-	08 - Outros Benefícios Assistenciais	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	2 – Juros e Encargos da Dívida	-
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
3- Outras Despesas Correntes	3.096.996,95	3- Outras Despesas Correntes	4.414.340,60
37 - Locação de Mão-de-Obra	849.894,68	14 - Diárias P. Civil	1.260.028,44
14 - Diárias P. Civil	787.305,16	39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1.184.358,52
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	573.121,37	37 - Locação de Mão-de-Obra	576.640,88
Demais elementos do grupo	886.675,74	Demais elementos do grupo	1.393.312,76

Fonte: Sistema SIAFI

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Despesa Empenhada			
Exercícios			
2008		2009	
Grupos de Despesa	Valor	Grupos de Despesa	Valor
4 - Investimentos	11.375.022,09	4 - Investimentos	1.325.413,20
41 - Contribuições	11.172.833,52	41 - Contribuições	899.093,39
51 - Obras e Instalações	119.829,24	51 - Obras e Instalações	370.165,99
52 - Equipamentos e Material Permanente	82.093,63	52 - Equipamentos e Material Permanente	56.153,82
Demais elementos do grupo	265,70	Demais elementos do grupo	-
5 - Inversões Financeiras	23.743.282,58	5 - Inversões Financeiras	28.377.051,72
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	23.602.700,00	66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	28.144.300,00
61 - Aquisição de Imóveis	140.582,58	61 - Aquisição de Imóveis	232.751,72
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
6 - Amortização da Dívida	-	6 - Amortização da Dívida	-
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-

Despesa Liquidada			
Exercícios			
2008		2009	
Grupos de Despesa	Valor	Grupos de Despesa	Valor
4 - Investimentos	11.375.022,09	4 - Investimentos	583.341,75
41 - Contribuições	11.172.833,52	41 - Contribuições	488.008,95
51 - Obras e Instalações	119.829,24	51 - Obras e Instalações	78.685,50
52 - Equipamentos e Material Permanente	82.093,63	52 - Equipamentos e Material Permanente	16.647,30
Demais elementos do grupo	265,70	Demais elementos do grupo	-
5 - Inversões Financeiras	23.743.282,58	5 - Inversões Financeiras	12.326.051,72
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	23.602.700,00	66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	12.093.300,00
61 - Aquisição de Imóveis	140.582,58	61 - Aquisição de Imóveis	232.751,72
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
6 - Amortização da Dívida	-	6 - Amortização da Dívida	-
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-

RP Não Processados			
Exercícios			
2008		2009	
Grupos de Despesa	Valor	Grupos de Despesa	Valor
4 - Investimentos	9.637.341,78	4 - Investimentos	702.564,93
41 - Contribuições	9.542.390,53	41 - Contribuições	411.084,44
51 - Obras e Instalações	94.951,25	51 - Obras e Instalações	291.480,49
5 - Inversões Financeiras	80.000,00	5 - Inversões Financeiras	16.044.600,00
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	80.000,00	66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	16.044.600,00
6 - Amortização da Dívida	-	6 - Amortização da Dívida	-
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-

Fonte:

Valores Pagos			
Exercícios			
2008		2009	
Grupos de Despesa	Valor	Grupos de Despesa	Valor
4 - Investimentos	930.507,32	4 - Investimentos	583.341,75
41 - Contribuições	922.892,84	41 - Contribuições	488.008,95
52 - Equipamentos e Material Permanente	7.348,78	51 - Obras e Instalações	78.685,50
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	265,70	52 - Equipamentos e Material Permanente	16.647,30
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
5 - Inversões Financeiras	20.744.982,58	5 - Inversões Financeiras	12.326.051,72
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	20.604.400,00	66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	12.093.300,00
61 - Aquisição de Imóveis	140.582,58	61 - Aquisição de Imóveis	232.751,72
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
6 - Amortização da Dívida	-	6 - Amortização da Dívida	-
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-

Sistema SIAFI

1 – Os quadros deste item foram readequados para possibilitar o fornecimento das informações requeridas, posto que o modelo anterior não contemplou cenários em que houvesse alterações na predominância dos gastos por elementos de despesa nos exercícios de 2008 e 2009, notadamente em relação às despesas empenhadas, liquidadas, valores pagos e Restos a pagar não processados das despesas de Capital.

2 – Fatores que contribuíram para a execução orçamentária, principalmente nas Funções Administrativas, foi a manutenção de contratos de terceirização e nas áreas de vigilância e limpeza, bem assim de recepcionistas, digitadores e pessoal de informática, os quais são fundamentais para o andamento dos serviços oferecidos por esta Unidade, haja vista extinção de tais funções dos quadros da Autarquia.

3 – A mudança de modalidade de execução de ações de assistência técnica de convênios para contratos propiciou melhor agilidade nas ações, haja vista que a execução mediante convênio é bastante onerosa, requer maior tempo de dedicação da fiscalização, o que face a carência de servidores existentes no quadro da Unidade fica praticamente inviável.

4 – O aumento nos valores de diárias de 2008 para 2009 revelam a intensificação de atividades executadas por técnicos no Campo, confirmando que os trabalhos executados são predominantemente realizados no campo, nas áreas de assentamentos.

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS			
DESCRIÇÃO	ANOS		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	R\$ 123.408,63	R\$ 113.653,80	R\$ 63.857,20
2. DIÁRIAS	R\$ 748.317,44	R\$ 791.722,21	R\$ 1.266.055,44
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade	R\$ 14.143,75	R\$ 25.648,60	R\$ 42.895,00
3.2. Apoio administrativo, técnico e operacional	R\$ 180.600,00	R\$ 566.399,88	R\$ 332.198,36
3.3. Limpeza e Conservação	R\$ 71.530,47	R\$ 74.694,90	R\$ 76.893,30
3.4. Vigilância	R\$ 624.571,32	R\$ 179.999,84	R\$ 138.749,22
3.6. Manutenção e conservação de bens imóveis (339037-04)	R\$ 28.800,00	R\$ 28.800,00	R\$ 28.800,00
3.6. Manutenção e conservação de bens imóveis (339039-16)	R\$ 14.693,00	R\$ 25.790,00	R\$ 33.247,00
3.7. Manutenção e conservação de máquinas e equip.	R\$ 52.152,41	R\$ 41.229,70	R\$ 37.143,30
3.8. Manutenção e Conservação de veículos	R\$ 90.739,96	R\$ 62.620,90	R\$ 69.496,33
3.9. Manut. e cons. de bens móveis de outras naturezas	R\$ 1.825,00	R\$ 1.291,45	R\$ 1.134,60
3.10. Serviço de energia elétrica	R\$ 150.847,67	R\$ 119.667,24	R\$ 107.678,81
3.11. Serviço de água e esgoto	R\$ 37.737,74	R\$ 37.897,64	R\$ 39.287,66
3.12. Serviço de telecomunicações	R\$ 174.053,37	R\$ 176.586,20	R\$ 191.596,20
3.13. Serviço de cópias e reprodução de documentos	R\$ 5.088,70	R\$ 2.095,00	R\$ 2.552,60
3.14. Locação de meios de transporte	R\$ 33.423,11	R\$ 60.110,50	R\$ 144.460,72
4. SUPRIMENTO DE FUNDOS	R\$ 15.516,91	R\$ 3.683,61	

COMENTÁRIOS:

Quanto ao item 3.14 - Locação de Meios de Transporte:

O aumento dos gastos com este serviço justifica-se pela crescente demanda da área finalística, com objetivo de atender as metas de implantação e desenvolvimento dos diversos projetos de assentamentos, dos serviços de demarcações de lotes e cadastro rural, de elaboração de estudos ambientais visando licenciamento ambiental, de cadastro das famílias das comunidades quilombolas e acompanhamento do processo de sua regularização etc., associado ao insuficiente quadro de viaturas desta Superintendência, além da doação de algumas viaturas velhas que haviam se tornado muito onerosas à Administração, sendo objeto de significativos gastos nos contratos de manutenção de viaturas, incluindo aquisição de peças de alto valor. Desta forma, a Administração encontrou como estratégia mais econômica, após devida pesquisa de preços, aumentar o quantitativo de viaturas locadas. Este quadro no exercício de 2007 era de 5 viaturas, passando a ser em 2008 de 11 viaturas e, finalmente, em 2009, para atender a demanda já citada que cresceu consideravelmente, como, p. ex., com o aumento de assentamentos, de comunidades quilombolas e de metas ambientais, foi feito pregão para locar 22 viaturas, sendo uma caminhonete para uso exclusivo do gabinete do Superintendente e um carro de passeio com motorista para uso da Administração.

Quanto ao item 4 - Suprimento de Fundos:

No exercício de 2009, não houve utilização do cartão de suprimento de fundos uma vez que as despesas que outrora (exercício de 2007 e 2008) eram custeadas por ele uma vez classificadas como eventuais deixaram de sê-lo, passando a ser despesas ordinárias. O suprimento de fundos custeava pequenas despesas com aquisição de café, açúcar, cópias de mapas, encadernações, carimbos, revelação de fotografias para instrução de processos etc. A demanda destes materiais/serviços aumentaram significativamente, tornando-se costumeiros. Diante disso, administração formalizou processos licitatórios com estes objetos, prescindindo, portanto, do suprimento de fundos, no exercício de 2009. Neste exercício, sugeriu-se, ainda, que os motoristas utilizassem o cartão para abastecimento das viaturas em locais em que não havia contrato com postos de combustível, mas houve resistência dos servidores em face das novas regras de prestação de contas que a tornaram mais burocrática.

2.4.5. Indicadores de Desempenho

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	· Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. · <u>Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.</u>	(3.502.087,51/55.058)*100=66,3%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	· Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. · Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	(10/15)*100+66,6%
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	· Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. · Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	(1.769/8.259)*100=21%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	· Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. · Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	(R\$4.093.940,17/2.372,9265)=R\$1.725,2705
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	· Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. · Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	(82/278)*100=29,5%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de <u>água potável no exercício</u> (encanada, de poço ou de cisterna) <u>segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente</u> [8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> · Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; · Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra. 	o
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	<ul style="list-style-type: none"> · Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR · Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra. 	Justificado

Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência a Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<p><u>(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.</u></p> <p>· Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR.</p> <p>· Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.</p>	<p>(1.150/1.191)*100=96%</p>
---	--	-------------------------------------	-----------	---------------	-------------	---	------------------------------

Justificativa (PDA/PRA): Os contratos iniciados ainda não foram encerrados. Uma vez conclusas as avenças, serão entregues os produtos finais para apreciação e aprovação do corpo técnico do INCRA/RN.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência a Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<p>(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.</p>	<p>· Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;</p> <p>· Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.</p>	$(5.144/1.191)*100=4,3\%$
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência a Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	<p>· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR</p>	justificado

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; · Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	$(8.672/19.975)*100=43,41\%$
<u>Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem)</u> [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituiu-la.	Justificar a ausência de índice
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência a/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	· Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	Justificado

Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	· Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	278
---	---	----------------------------------	-----------	---------------	---------	---	--	-----

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
<u>Índice de consolidação de assentamentos</u> 16	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	$(1.646/23.888)*100=6,89\%$

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	· quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	$(34/134)*100=25,3\%$
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria /Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	· número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	$(1.040/134)*100=7,76\%$

Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentage m	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício)multiplicado por 100.	· SIAFI e SICONV	(10/45)*100=22,22%
----------------------------------	--	-----------------------------------	-----------	---------------	-----------------	--	------------------	--------------------

3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

3.1 Composição dos Recursos Humanos

3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	133	136	
Próprios	133	136	
Requisitados	0	0	
Celetistas	0	0	
Cargos de livre provimento	3	3	
Estatutários	3	3	
Não Estatutários	0	0	
Terceirizados	0	0	
Total	136	139	

Fonte:

3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	130	2.153.037,28	157.998,27	4.228.948,58	238.511,74	
2008	141	3.252.863,99	179.760,18	4.681.906,56	409.932,24	
2009	136	4.799.981,88	199.975,38	3.206.649,92	607.825,79	
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007						
2008						
2009						
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	5		137.180,38			
2008	5		182.392,16			
2009	3		157.520,32			
Requisitados com ônus para a UJ						
2007						
2008						
2009						
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007						

2008						
2009						

QUADRO TERCEIRIZADO														
FINALIDADE	CONSERVAÇÃO e VIGILÂNCIA						APOIO ADMINISTRATIVO						ESTAGIÁRIOS	
	Limpeza e Conservação		Manutenção da Sede		Vigilância		Operadores de Informática		Operador de Xerox		Telefonistas			
	Qtidade	Custo (R\$)	Qtidade	Custo (R\$)	Qtidade	Custo (R\$)	Qtidade	Custo (R\$)	Qtidade	Custo (R\$)	Qtidade	Custo (R\$)	Qtidade	Custo (R\$)
2007	7	74.694,96	1	28.800,00	9	180.600,00	18	597.994,08			2	24.501,72	12	31.673,00
2008	7	74.694,96	1	28.800,00	9	180.600,00	18	659.866,68			2	27.524,64	12	41.598,95
2009	5	76.893,30	1	28.800,00	9	184.998,96	20	441.698,40	1	13.996,92	2	27.768,00	9	53.610,95

3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra

<u>Natureza do Contrato</u>	Contrato	Empresa Contratada	Vigência		Nível de Escolaridade	
			Início	Fim	Médio	Superior
Emergencial	S&E PRESTADORA DE SERVIÇOS ESPECIALIZA- DOS LTDA CRT/RN/19.000/09	01.210.559/0001- 09	26/11/2009	25/5/2010	14	6
Emergencial	LimpTec - Limpeza e Terceirização Ltda-ME (Op. De Xerox) CRT/RN/20.000/09	10.583.254/0001- 33	26/11/2010	25/5/2010	1	-
Ordinário	LimpTec - Limpeza e Terceirização Ltda-ME (Telefonista) CRT/RN/22.000/09	10.583.254/0001- 33	21/12/2009	20/12/2010	2	-
Ordinário	LimpTec - Limpeza e Terceirização Ltda-ME (Limpeza) CRT/RN/07.000/09	10.583.254/0001- 33	1/7/2009	30/6/2010	5	-
Ordinário	Garra Vigilância Ltda CRT/RN/14.000/08	02.141.823/0001- 62	28/11/2008	27/11/2009	9	-
Ordinário	PS Construções e Serviços de Engenharia Ltda CRT/RN/08.000/06	40.786.519/0001- 61	24/11/2008	23/11/2009	1	-

Fonte: SR-19/A

As informações contidas neste quadro não contemplam os contratos de terceirização de área-fim, uma vez que não foi celebrado nesta nenhum contrato com esta característica, motivo pelo qual relacionamos os demais contratos.

3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir.

A Superintendência Regional do Rio Grande não dispõe/executa atividades que englobem tal item, sendo tais informações processadas pela sede/Brasília.

3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

Em relação ao item supra, temos a informar que nos anos de 2007 a 2009 a variação ocorreu de forma não linear, pois em 2008 houve ingresso no órgão em virtude de concurso público e remoções. Já em 2009, somente ocorreram saídas por pedidos de exoneração, vacâncias e remoções.

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.1.11.00					
UG	CREDOR (CNPJ/CPF)	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL
Sem movimentação no período					
TOTAL					

Fonte: Sistema SIAFI

5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	9.724,40	-	-	9.724,40
2008	201.760,00	-	201.760,00	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	23.717.225,81	-	511.595,16	23.205.630,65
2008	11.482.365,35	-	54.859,84	11.427.505,51
...				
<p>Observações:</p> <p>1 – Os resultados do exercício de 2009 levaram em conta os restos a pagar inscritos e pagos até o dia 04 de março de 2010.</p> <p>2 - Foram considerados Restos a Pagar de 2008 e 2009, uma vez que as bases de consulta utilizadas não levaram em conta a prorrogação de Restos a Pagar, no entanto, as bases de consulta não levaram em conta a prorrogação dos restos a pagar de 2007, conforme o Decreto n. 7.057 de 29.12.2009.</p>				

Fonte: Sistema SIAFI

- a) Valores de 2008 permanecem inscritos em Restos a pagar, face a existência de contratos e convênios plurianuais vigente nesta Superintendência;
- b) Dos Restos a Pagar inscritos no exercício de 2009, 68% (sessenta e oito por cento) são para garantir atendimento à Concessão de créditos para manter os Assentados em seus lotes, mediante Apoio e Instalação (Alimento/Fomento) e aquisição de matérias de construção (habitação)
- c) Demais inscrições de restos a pagar de 2009 se concentram basicamente na contratação de serviços de terceiros de pessoa jurídica, em torno de 27% (vinte e sete por cento), destinados a atender programas de assistência técnica aos assentados de reforma agrária, bem assim atender obras de engenharia em Projetos de Assentamento.

Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	9.724,40	-	-	9.724,40
2008	201.760,00	-	201.760,00	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	23.717.225,81	-	511.595,16	23.205.630,65
2008	11.482.365,35	-	54.859,84	11.427.505,51
...				
<p>Observações:</p> <p>1 - Foram considerados Restos a Pagar de 2008 e 2009, uma vez que as bases de consulta utilizadas não levaram em conta a prorrogação de Restos a Pagar, no entanto, as bases de consulta não levaram em conta a prorrogação dos restos a pagar de 2007, conforme o Decreto n. 7.057 de 29.12.2009.</p>				

Fonte: Sistema SIAFI

- a) Valores de 2008 permanecem inscritos em Restos a pagar, face a existência de contratos e convênios plurianuais vigente nesta Superintendência;
- b) Dos Restos a Pagar inscritos no exercício de 2009, 68% (sessenta e oito por cento) são para garantir atendimento à Concessão de créditos para manter os Assentados em seus lotes, mediante Apoio e Instalação (Alimento/Fomento) e aquisição de matérias de construção (habitação)
- c) Demais inscrições de Restos a pagar de 2009 se concentram basicamente na contratação de serviços de terceiros de pessoa jurídica, em torno de 27% (vinte e sete por cento), destinados a atender programas de assistência técnica aos assentados de reforma agrária, bem assim atender obras de engenharia em Projetos de Assentamento.

6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Concedente: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA									
UG/ CNPJ		Denominação							
00.375.972/0018-09		Superintendência Regional no RN							
Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pactuado	Contrapartida	Repasse Total	Repasse no exercício	Vigência		Situação
							Início	Fim	
Convênio UERN 98.000	541169	08.258.295/0001-02	R\$ 867.781,48	R\$ 47.049,48	R\$ 820.732,00	R\$ 470.774,00	30/12/2005	31/12/2010	O convênio está em diligências. Falta Ordem de Serviço para acompanhamento/fiscalização do convênio.
Convênio UERN 89.000	541089	08.258.295/0001-02	R\$ 1.445.478,38	R\$ 85.823,38	R\$ 1.359.655,00	R\$ 680.885,00	29/12/2005	31/8/2010	O convênio está em diligências. Falta Ordem de Serviço para acompanhamento/fiscalização do convênio.

Convênio FUNPEC 91.000	538798	08.469.280/0001-93	R\$ 384.932,99	R\$ 18.528,00	R\$ 366.404,99	R\$ 108.000,00	27/12/2005	30/6/2010	O convênio está em diligências. Falta Ordem de Serviço para acompanhamento/fiscalização do convênio.
Convênio Antonio Conselheiro	527093	02.472.875/0001-11	R\$ 1.338.342,24	R\$ 124.748,39	R\$ 1.092.542,71	R\$ 344.360,68	5/7/2005	30/6/2010	Falta prestação de contas parcial; revisão dos projetos e repactuação.
Convênio Aurora da Serra	526391	01.803.041/0001-89	R\$ 1.043.684,80	R\$ 120.178,75	R\$ 923.069,69	R\$ 431.683,93	5/7/2005	30/6/2010	Convênio em andamento.
Convênio Canto da Ilha de Cima	533579	01.110.987/0001-60	R\$ 1.554.628,46	R\$ 148.709,26	R\$ 700.446,16	R\$ -	5/7/2005	30/6/2010	Falta prestação de contas parcial; revisão dos projetos e repactuação.
Convênio Chico Mendes I	540977	2.307.580/0001-62	R\$ 1.224.464,66	R\$ 157.971,74	R\$ 451.533,96	R\$ -	28/12/2005	30/6/2010	Convênio em execução.
Convênio Guarapes	518222	2.512.662/0001-76	R\$ 1.515.254,52	R\$ 148.578,65	R\$ 359.875,90	R\$ -	31/12/2004	30/6/2010	Convênio em execução.
Convênio Nova Vida	526542	01.587.525/0001-38	R\$ 1.390.980,84	R\$ 128.696,39	R\$ 382.051,10	R\$ -	5/7/2005	30/6/2010	Falta prestação de contas parcial; revisão dos projetos e repactuação.

Convênio Nova Vida II	526520	02.690.210/0001-84	R\$ 1.257.900,76	R\$ 123.035,95	R\$ 452.980,41	R\$ -	5/7/2005	30/6/2010	Falta prestação de contas parcial; revisão dos projetos e repactuação.
Convênio Novo Horizonte II	526724	02.690.821/0001-22	R\$ 926.069,24	R\$ 90.954,82	R\$ 476.072,31	R\$ -	5/7/2005	30/6/2010	Falta prestação de contas parcial; revisão dos projetos e repactuação.
Convênio Poço Novo	526524	02.301.951/0001-26	R\$ 2.132.574,38	R\$ 201.531,43	R\$ 740.708,50	R\$ -	5/7/2005	30/6/2010	Falta prestação de contas parcial; revisão dos projetos e repactuação.
Convênio Rosário	518223	02.723.291/0001-71	R\$ 1.492.042,03	R\$ 142.575,98	R\$ 548.755,78	R\$ -	31/12/2004	30/6/2010	Falta prestação de contas parcial; revisão dos projetos e repactuação.
Convênio Bonsucesso	533930	01.429.128/0001-38	R\$ 1.179.746,08	R\$ 114.608,08	R\$ 621.634,03	R\$ -	15/12/2005	15/6/2010	Falta prestação de contas parcial; revisão dos projetos e repactuação.
Convênio IDS	SICONV 702258/2008	06.068.973/0001-49	R\$ 462.720,00	R\$ 24.600,00	R\$ 84.460,00	R\$ 81.460,00	30/12/2008	30/7/2010	Convênio em execução.
Convênio SAPE	SICONV 701420/08	08.272.049/0001-05	R\$ 2.768.678,52	R\$ 307.630,95	R\$ 922.892,84	R\$ -	19/12/2008	31/10/2010	Convênio em execução.
Convênio DER	SICONV 700474/08	08.282.865/0001-08	R\$ 8.076.155,00	R\$ 897.351,00	R\$ 607.550,15	R\$ 607.550,15	16/12/2008	26/10/2010	Aguardando relatórios das ações físicas e administrativas.

Convênio SEMARH 13.000	593194	01.066.896/0001-74	R\$ 2.895.690,40	R\$ 289.569,03	R\$ 2.195.036,93	R\$ 700.000,00	8/8/2007	30/8/2010	Convênio porrogado e em andamento.
Convênio SEMARH 12.000	593181	01.066.896/0001-74	R\$ 488.139,85	R\$ 106.556,82	381.583,03	R\$ -	8/8/2007	3/2/2009	Convênio encerrado com pendências.
Convênio SEARA 21.000	601055	04.792.170/0001-07	R\$ 6.111.660,00	R\$ 1.222.332,00	4.875.571,22	R\$ 3.245.795,22	28/12/2007	31/5/2010	Aguardando diligências.
Convênio FUNPEC INCRA AMBIENTAL	577604	08.469.280/0001-93	R\$ 912.280,00	R\$ 77.800,00	606.480,00	R\$ 156.480,00	26/12/2006	26/8/2010	Convênio em execução.

7. Previdência Complementar Patrocinada

A Superintendência Regional do Rio Grande do Norte não executa nenhum tipo de atividade/negociação/contrato com qualquer instituição de Previdência Complementar Patrocinada.

8. Fluxo Financeiro de projetos ou programas financeiros com recursos externo

A Superintendência Regional do Rio Grande do Norte não empreendeu nenhum tipo de projeto/programa com recursos externos, no ano de 2009.

9. Renúncias Tributárias

A Superintendência Regional do Rio Grande do Norte não dispõe de competência legal para decidir sobre renúncias tributárias.

10. Operações de fundos

A Superintendência Regional do Rio Grande do Norte não possui investimentos em operações de fundos.

11 A) Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno

As recomendações advindas da Auditoria Interna foram originadas de requisições do Tribunal de Contas da União – TCU, sendo que todas foram respondidas conforme descrito no item 11.B.

11B. Determinações e recomendações do TCU**Relatório de cumprimento das deliberações do TCU**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INCRA SEDE E SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RN					17125
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	-	2680/09	9.4	RE	MEM.CIRC.AUD/Nº460/09
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INCRA SEDE e SR-19					
Descrição da Deliberação:					
Cautelas com procedimentos de inelegibilidade e procedimento de análise de prestação de contas de convênios.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SR/19 – Divisão Administrativa e serviços/setores técnicos operacionais					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
As recomendações já eram observadas pela Superintendência Regional do RN. Seja no tocante ao cumprimento do Art. 3º, Caput, e parágrafo 1º, inciso I e Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93, como também nos procedimentos de análise de prestação de contas de convênio. Quando verificado hipótese grave e justificadora, o procedemos a instauração de TCE, consonante a IN/STN/Nº701/97 e IN/TCU/Nº56/07					
Síntese dos resultados obtidos					
Temos encontrado dificuldades em acelerar os procedimentos de análise de contas e de TCE em razão da pouca quantidade de servidores habilitados e capacitados para tanto.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Os procedimentos de TCE têm se mostrado como ferramenta para instigar os devedores á devolução das despesas impugnadas, o que tem sido eficaz da assinatura de Termo de Confissão e Parcelamento de Dívidas, o que nos permite, em certos casos aprovar as contas com ressalvas não graves. Respondida a AUDIN, através do MEMO/Nº177/2009/SR/19/G					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INCRA SEDE E SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RN					17125
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	-	-	A	DI	OFÍCIO 64/2009-TCU/SECEX RN e OFÍCIO 73/2009-TCU/SECEX RN
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INCRA SEDE e SR-19					
Descrição da Deliberação:					
Acompanhamento e execução do convênio CRT/RN/11.000/2003					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SR/19 – Divisão Administrativa e serviço Contabilidade e SR/19 – Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos – serviços de Infra-estrutura					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Diante da inércia e conduta faltosa do Engenheiro Civil, assegurado do convênio, criou-se uma comissão técnica que visitou todas as obras e confeccionou competente relatório de cumprimento de objeto. Concluída a análise física, com o alcance da finalidade pública almejada, encaminhamos os autos ao setor contábil para análise aritmético-formal das contas. Atualmente o processo encontra-se em fase de saneamento contábil.					
Respondido para AUDIN através do MEMO.Nº71/2009/SR/G					
Síntese dos resultados obtidos					
O processo encontra-se em fase de saneamento contábil					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A postura do assegurado do convênio, que não agiu tempestivamente e pro-ativamente em seu desiderato em muito prejudicou o gestor da UG, que teve de designar uma nova comissão					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INCRA SEDE E SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RN					17125
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	027.424/2006-2	110/2008	-	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SR-19					
Descrição da Deliberação:					
Correção do Plano de Trabalho do Convênio/CRT/Nº 13.000/2007					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SR/19 – Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos – serviços de Infra-estrutura					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Alteração cumprida, através de Termo Aditivo de Repactuação.					
Síntese dos resultados obtidos					
As Obras estão em fase de conclusão					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Denominação completa:					Código SIORG
INCRA SEDE E SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RN					17125
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	1.081/2004-6	985/2006	9.5	RE	OFÍCIO TCU/Nº47/2009-SECEX
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INCRA SEDE e SR-19					
Descrição da Deliberação:					
Recomenda a conclusão de análise de prestação de contas de convênios					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SR/19 – Gabinete da SR					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Os convênios listados de responsabilidade desta UG já foram devidamente analisados com as respectivas comprovações de contas, já outros convênios não pertenciam a esta UG, conforme consulta ao SIAFI. Tal informação foi devidamente repassada à AUDIN, através do MEMO/Nº62/2009/SR/19/G					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

No exercício de 2009, não houve nenhuma ato de admissão de servidores públicos federais nesta Superintendência Regional.

Segundo o Sistema de Avaliação e Registros de Atos de Admissão e Concessões – SISAC, os atos executados no exercício de 2009, referem-se a concessão de Pensão Civil, conforme tabela abaixo:

Seq.	Tipo	Nº Controle	Servidor/Instituidor	CPF
01	Pensão Civil	10002499-05-2009-000002-1	Manoel Nelson Fernandes	032.008.254-72
02	Pensão Civil	10002499-05-2009-000001-3	Nabar Francisco de Goes Bay	012.350.364-72

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

Declaro, para os devidos fins de direito, que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

No que pertine as informações referentes ao SICONV, destaco que os instrumentos celebrados antes da vigência da PI 127/2008 – sendo que a maioria já foi executada e por suas vigências encerradas – não foram registrados naquele sistema eletrônico, ou seja, apenas os convênios iniciados após a vigência daquela portaria foram inscritos no referido sistema. Justifica-se tais atos, tendo em vista que a capacitação dos servidores que atuam na área de celebração e acompanhamento de convênio ainda está ocorrendo de forma paulatina.


PAULO SÉRGIO GOMES SILVA
Secretário de Gestão Regional
TACRA-EN

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Não há informações complementares.

15. Informações Contábeis da Gestão

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE - SR(19)
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

2 – Com Ressalvas

Declaram que os demonstrativos contábeis constantes do sistema SIAFI (Balances Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial desta unidade jurisdicionada, exceto no tocante a:

- a) Saldos em contas de Compensação representativas de Direitos e Obrigações Concedidas que não refletem a situação real das transferências concedidas;
- b) Valores em conta de Ativo Realizável a longo prazo (Empréstimos, Financiamentos e Crédito a Receber) que não apresentam adequado controle de cobrança e registro de suas variações;
- c) Saldos Indevidos em Conta de Restos a Pagar, inscritos pelo Processo automático sem a devida depuração.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Natal/RN, 11 de Março de 2010.


Jansson Vicente da Silva
Contador - Incra/RN
Matrícula SIAPE 1473998
Contador Responsável

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Superintendência Regional do Rio Grande de um modo geral, não tem medido esforços para operacionalizar as diretrizes do Plano Nacional de Reforma Agrária as quais girou em torno de alguns eixos considerados prioritários para a realização da Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Norte.

O primeiro dele foi o de garantir o processo de democratização do acesso à terra, através de ações que garantam a geração de emprego e a soberania alimentar das famílias de trabalhadores rurais sem terra ou com uma quantidade insuficiente que possa dar-lhes uma condição mais digna de vida. Mesmo trabalhando com a sua capacidade operacional em desvantagem, face ao reduzido número de servidores, esta Superintendência Regional continuou vencendo os desafios para a realização da reforma agrária no Estado do Rio Grande do Norte.

Um outro aspecto importante foi a garantia da Assistência Técnica, Social e Ambiental – ATES em assentamentos do Estado.

O acerto de buscar novos parceiros, para investir na infra-estrutura, melhoramento das condições hídricas, no acesso ao conhecimento (educação) e saúde, vem criando novas oportunidades às famílias assentadas em várias regiões do Estado do RN.

Os dados aqui apresentados merecem uma reflexão de como vem ocorrendo o processo de reforma agrária no País e, particularmente, no Rio Grande Norte. Os números aqui apresentados precisam ser analisados, levando-se em conta toda a complexidade do problema, em todas as suas dimensões: social, política, cultural, antropológica, econômica etc.

SALDO EM RESTOS A PAGAR

SIAP12010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)
 22/03/10 10:47 USUARIO : CARMO
 PAGINA : 7
 CG EMISSOR : 373046 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO R.S.NORTE-INCRA/SR-19
 GESTAO EMISSOR : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REE.AGRARIA
 POSICAO : MARCO - ABERTO
 CONTA CONTABIL : 2951-0000 - RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR

CONTA CORRENTE	SALDO EM R\$
20089L900425 - CONSTRUTORA LUIZ COSTA LTDA	94.951,25 C
2009NE000038 - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQ	5,00 C
2009NE000120 - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQ	10,00 C
2009NE000138 - ASSOCIACAO DOS POSSEIROS DO PROJETO	47.328,57 C
2009NE000139 - ASSOCIACAO DE PROJETO DE ASSENTAMENT	140.580,04 C
2009NE000171 - ASSOCIACAO DO PROJETO DE ASSENTAMENT	343.000,00 C
2009NE000172 - ASSOCIACAO DO PROJETO DE ASSENTAMENT	500.000,00 C
2009NE000177 - ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO SANTA LUZ	100.000,00 C
2009NE000178 - ASSOCIACAO DOS APICULTORES E AGRICUL	65.000,00 C
2009NE000179 - ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO 1 DE JUNH	05.000,00 C

CONTINUA

PF1=AJUDA PF2=RAZAO PF3=SAI PF7=RECUP PF8=AVANCA PF12=RETORNA

EMPENHO

STAF12089-DOCUMENTO-CONSULTA-GENE (NOTA DE EMPENHO)
 12/05/10 10:44 USUARIO : CARMO
 DATA EMISSAO : 24Abr09. NUMERO : 00000000000000000000
 OG-EMITENTE : 373046 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO R.G. NORTE-INCRA/SR-19
 GESTAO-EMITENTE : 37201 - INSTITUTO NAS. DE COLONIZACAO E REE.AGRARIA
 FAVORECIDO : 01066896/0001-74 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E D

TAXA:
 OBSERVACAO:
 ATENDER DESPESA COM O OBJETIVO DE CONSTRUCAO DE OBRAS DE ABASTECIMENTO E DIS-
 TRIBUICAO DE AGUA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO SU, OBJETO DO CRT/RN/13.000/C
 7. CONVENIO INCRA/SEMARR, CONFORME AUTORIZACAO PLS 1502 E 1510/VERSO
 RYUNFO RSE PTEPS FONTE ND UGR PT V.A. O R
 40.091 1 022111 0100000000 443041 D0137837622 411.084,44
 SISTEMA DE ORIGEM:
 TIPO : CLORAL MODALIDADE : NAO SE APLICA
 AMPARO : INQ180
 PROCESSO : 54130.001031/2007-50 PRECATORIO :
 UF-BENEFICIADA : RN MUNICIPIO BENEF. : 1761
 ORIGEM MATERIAL
 REFERENCIA DESPESA:
 LANCADO POR : 13422170200 - ANINHA NUM.CV/CR/TP: CRT/RN/13.000/2007
 UG : 373046 24Abr09 09:10
 PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESCRITO PF5=IMPRIME PF 2=RETORNA

013 2009

SIAP12009-DOCUMENTO-CONSULTA-COMBO (CONSULTA GRUPO BANCARIA)
 12/03/10 10:43 USUARIO: CARMO
 DATA EMISSAO: 17Nov09 TIPO OB: 12 NUMERO: 20090862459
 UC/QUESTAO EMITENTE: 333046 / 37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO R.C. NORTE-INTERA/S
 BANCO: 001 AGENCIA: 3795 CHATA CORRENTE: 597380632
 FAVORECIDO: 0106689670001-74 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE L
 BANCO: 001 AGENCIA: 3795 CHATA CORRENTE: 88617
 DOCUMENTO ORIGEM: 973046/37201/2009TC000000
 VOUCHER BANCARIO: 001877350-6 REQ00239: PROCESSO: 54330.001063/2007-30
 INVERTE SALDO: NAO VALOR: 700.000,00
 IDENT. TRANSFER: DATA SAQUE BANC: 19/11/09
 OBSERVACAO: REFERENTE REPASSE DA TERCEIRA PARCELA AO CONVENIO INCRAV/SEMARH; OBJETO DO CRT/
 RN/13.000/2007; AUTORIZADO PELA SR. ORDENADOR DE DESPESA PLS: 1604 NOS AUTOS.
 EVENTO INSCRICAO.1: INSCRICAO.2: CLASS.F.1 CLASS.F.2: VALOR
 531570-2007NEC00186 593184003 344304137 700.000,00
 561602-01/61700024300 700.000,00
 LANÇADO POR: 13422170200 - ANINEA UG: 333046 17Nov09 17113
 PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA



COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/SUREG-SP/2009

Objeto: Pregão Eletrônico, do tipo Lote Único na modalidade Menor Valor Global, na forma de Registro de Preços, pelo prazo de até 12 meses, para aquisição de renovação de 400 licenças Symantec Endpoint Protection 11.0 suporte essencial 12 meses, 35 unidades na CPFLA, e de 1200 novas licenças de uso para o mesmo software, incluindo atualizações das versões por 12 meses, pagagens de subsídio com carga horária de 24 horas, conforme as descrições contidas neste Termo de Referência - Anexo I - Processo nº 500.734/09 - Início da Entrega das Propostas: 06/10/2009 às 9 horas, exclusivamente por meio de sistema eletrônico na página www.licitacoes-e.com.br, opção "Acesso Identificado", na opção Pregão Eletrônico, no item Proposta - Data da Abertura das Propostas: 16/10/2009 às 9 horas - Início da Sessão de Diálogo de Preços: 16/10/2009 às 9h30min - Edital: A disposição dos interessados gratuitamente no site www.licitacoes-e.com.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/SUREG-SP/09

Objeto: Aquisição de 100 (cem) licenças de uso de software de Wordflow incluindo instalação, configuração, customização, atualizações por 12 (doze) meses e treinamento de 5 (cinco) pessoas, conforme especificações e detalhamentos constantes do Termo de Referência - Anexo I - Processo nº 500.731/09 - Início da Entrega das Propostas: 5/10/2009 às 9 horas, exclusivamente por meio de sistema eletrônico na página www.licitacoes-e.com.br, opção "Acesso Identificado", na opção Pregão Eletrônico, no item Proposta - Data da Abertura das Propostas: 15/10/2009 às 9 horas - Início da Sessão de Diálogo de Preços: 15/10/2009 às 9h30min - Edital: A disposição dos interessados gratuitamente no site www.licitacoes-e.com.br

RÁTIMA DA CONCHICÃO DE OLIVEIRA RAMOS Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/SUREG-SA/2009

Objeto: Registro de Preços, pelo prazo de até 12 meses, para aquisições: fornecimento de café, açúcar, adoçante, óleo de cozinha, de uso doméstico, e consumo regular, para atender às necessidades da SUREG-SA, conforme especificações e detalhamentos constantes do Termo de Referência - Anexo I, deste Edital - Processo nº 0800/09 - Data de Abertura das Propostas: 15/10/2009 às 10h15min (Horário de Brasília) - Início da Sessão de Diálogo de Preços: 15/10/2009 às 10h30min (Horário de Brasília) - Edital: A disposição dos interessados gratuitamente no site www.licitacoes-e.com.br

MIRIAN SANTOS SOUZA Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 124/SERAPI-RJ/2009

Objeto: Aquisição de membranas filtrantes, pipetas, reagentes para pipetas, balões volumétricos, tampas parguadas, impressoras, monitores de LCD e bateria para notebook, conforme as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital, a ser entregue ao Escritório do Rio de Janeiro - RJ, localizado na Av. Pasteur, nº 404, Urca, Rio de Janeiro - Processo nº 0489/09 - Data de Abertura das Propostas: 19/10/2009 às 9 horas - Início da Sessão de Diálogo de Preços: 19/10/2009 às 9h30min - Edital: A disposição dos interessados gratuitamente no site www.licitacoes-e.com.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 125/SERAPI-RJ/2009

Objeto: Aquisição de 01 equipamento compacto, para produção de água gela e água quente desde água potável de rede, que atenda às especificações para água tipo 1 e 2 conforme ISO 3096, ASTM, com 1 dispensador volumétrico para água tipo 1 e possibilidade para instalação de mais 1 para esse tipo água além de outro, exclusivo para dispensação de água do tipo 2, conforme as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital, a ser entregue ao Escritório do Rio de Janeiro - RJ, localizado na Av. Pasteur, nº 404, Urca, Rio de Janeiro - Processo nº 0523/09 - Data de Abertura das Propostas: 20/10/2009 às 9 horas - Início da Sessão de Diálogo de Preços: 20/10/2009 às 9h30min - Edital: A disposição dos interessados gratuitamente no site www.licitacoes-e.com.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 126/SERAPI-RJ/2009

Objeto: Aquisição de "software BEMLOW RJ3 Single Seat" incluindo a instalação por 12 meses, que contemple o suporte técnico e as atualizações, conforme as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital, a ser entregue ao Escritório do Rio de Janeiro - RJ, localizado na Av. Pasteur, nº 404, Urca, Rio de Janeiro - Processo nº 0549/09 - Data de Abertura das Propostas: 21/10/2009 às 9 horas - Início da Sessão de Diálogo de Preços: 21/10/2009 às 9h30min - Edital: A disposição dos interessados gratuitamente no site www.licitacoes-e.com.br

WAILMAR DE ABREU Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/SUREG-DH/2009

Objeto: Aquisição de caixas em papelão, para acondicionamento de amostras minerais, para atender às necessidades da CPFLA - Litorânea Regional de Caramuru - Local: Belo Horizonte - MG, às 9 horas do dia 15 de outubro de 2009 - Edital: A disposição dos interessados para consulta no site www.licitacoes-e.com.br, informações pelos telefones: (31) 3878.0334 ou Fax (31) 3878.0388.

MARGARETH MARQUES DOS SANTOS Pregoeira

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/SUREG-DH/2009

O Superintendente Regional de Belo Horizonte/MG, declara revogado o processo licitatório em referência, cujo objeto trata da prestação de serviços para gerenciamento de manutenções preventivas e corretivas na rede de distribuição de energia elétrica via rede de distribuição da Superintendência Regional de Belo Horizonte/MG e Litorânea Regional de Caramuru/MG. Informações pelos telefones: (31) 3878.0334 ou Fax (31) 3878.0388.

MARGARETH MARQUES DOS SANTOS Pregoeira

RESULTADOS DE JULGAMENTOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/SERAPI-RJ/09

Processo: 0520/09 - Objeto: Locação de 2 veículos tipo picape, cabine dupla, sem motorizada, para fabricação a partir de 2009, com combustível por conta da CPFLA, para atender ao Projeto Geologia e Recursos Minerais do Espírito Santo.

VENDEDORA:

Lançamentos	CNPJ	Valor (R\$)
OMC Locadora de Veículos Ltda.	07.186.032/0001-27	(R\$) 230,00 (R\$) 23.700,00

(4) Locação diária de cada veículo.

(11) Período de 45 dias com utilização de 2 veículos.

Maiores informações no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/SERAPI-RJ/09

Processo: 0332/09 - Objeto: Aquisição de 150 cordões para crachá e 300 lâminas de crachá em PVC.

VENDEDORA:

Lançamentos	CNPJ	Valor (R\$)
REMIT Sistema e Comércio Ltda.	09.561.108/0001-12	1.899,00

WAILMAR DE ABREU Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/SERAPI-RJ/09

Processo: 0432/09 - Objeto: Aquisição e instalação de 6 aparelhos de ar condicionado tipo split, 4 aparelhos de desumidificadores elétricos de ar e aquisição de diversos materiais eletro-eletrônicos.

VENDEDORA:

Lote	Lançamentos	CNPJ	Valor (R\$)
01 e 02	CANCELADOS		
03	Comercial Fria de Climatização Doméstica Ltda. - ME	10.716.125/0001-19	5.800,00
04 e 05	MAXTEL Distribuidora de Informática e Periféricos Ltda.	20.069.150/0001-97	2.534,00

Maiores informações no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/SERAPI-RJ/09

Processo: 0247/09 - Objeto: Aquisição e montagem de mobiliários diversos, todos deverão atender às normas ABNT e NR-17 e possuir tratamento anti-bactericida.

VENDEDORA:

Lançamentos	CNPJ	Valor (R\$)
Santa Office Sistema e Comércio de Móveis Ltda.	01.556.730/0001-96	69.700,00
11 e 12	128 (valor e custo por copo)	17.340,00
13		56.940,00

Maiores informações no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/SERAPI-RJ/09

Processo: 0421/09 - Objeto: Confecção de 2.600 (dois mil e seiscentos) placas de ativo fixo.

VENDEDORA:

Lançamentos	CNPJ	Valor (R\$)
CPFLA Comércio de Placas e Componentes Ltda. - ME	24.471.097/0001-44	1.612,00
11 e 12	128 (valor e custo por copo)	465,00
13		2.486,00

Maiores informações no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br

MARIA SAINTE SANTANHA DOS SANTOS Pregoeira

PETROBRAS TRANSPORTE S/A PETROBRAS TRANSPORTE S/A

EDITAL PROMOÇÃO

A PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO, subsidiária da PETROBRAS, comunica que está promovendo até 02/10/2010 a data de validade do cadastro de reserva referente ao Processo Seletivo Público 002/2008.

MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO MISQUITA ALVES Gerente Executivo de Recursos Humanos

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA DIRETORIA EXECUTIVA

AVISO DE ALTERAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº TPEPE/009/2009

1) A Empresa de Pesquisa Energética - EPE torna público que procedeu alterações no Edital da licitação através de seu Suplemento nº 1 e, portanto, a data de entrega dos envelopes contendo as propostas das empresas cadastradas e qualificadas para a Tomada de Preços nº TPEPE/009/2009, cujo objeto é a contratação de obras civis, com fornecimento de materiais e mão-de-obra, incluindo instalações elétricas e infraestrutura, referentes às novas configurações das áreas ocupadas pelo Escritório Central da EPE, no edifício situado à Av. Rio Branco, nº 1, foi adiada para 22/10/2009, às 14 horas e local: 2) A documentação de cadastramento e qualificação deverá ser entregue até às 17:00 horas do dia 19/10/2009. 3) Condições de informações pelo telefone (21) 3512-3100 ou no site www.epe.gov.br.

IVETH TERRA NUNES Superintendente de Recursos Logísticos

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

EXTRATO DE COOPERAÇÃO

Termo de Cooperação que entre si celebraram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, CNPJ: 00.373.972/0001-90 e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPFLA, CNPJ: 00.091.652/0001-89, registrado sob nº CRET/DF/97300-2009. Processo nº 34330.000711/2009-18. Objeto: Estabelecer a cooperação técnico-organizacional entre o INCRA e a CPFLA, visando a implantação/revitalização de sistemas de abastecimento de água em 33 (trinta e três) municípios do Interior/RN. Dos recursos organizacionais para execução do objeto: R\$ 2.251.193,17 (dois milhões, duzentos e cinquenta e um mil, cento e noventa e três reais e dezesseis centavos), sendo R\$ 983.714,00 (novecentos e oitenta e três mil, setecentos e quarenta reais), de responsabilidade da CPFLA e R\$ 1.267.479,17 (dois milhões, duzentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e setenta e nove reais e dezesseis centavos), que correrão a conta do orçamento do INCRA, sendo para o exercício de 2009 o montante de R\$ 643.761,30 (seis mil, quatrocentos e trinta e cinco mil, setecentos e sessenta e um real e trinta e nove centavos). Bônus: FRR: 021111. PE: 00137839027 e 00137839022. Route: 0100. MID 440051. Vigência: 31/10/2010. Signatários: Rolf Hackbart - Presidente do INCRA e Agostinho Sérgio Lucas Dantas - Diretor-Presidente da CPFLA.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO DIVISÃO ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO PRÉVIA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, por meio da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR-(28) DRE, torna pública que recebeu da Gerência Executiva do IBAMA em Goiás, em atendimento à resolução CONAMA nº